



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
PÚBLICA**



ÍCARO DE CAMPOS RIOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE RURAL NO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - BAHIA**

Cachoeira
2021

ÍCARO DE CAMPOS RIOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE RURAL NO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof(a). Dr. Lucas Santos Cerqueira

Cachoeira
2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus por sempre cuidar de mim, guiar e ter permitido chegar e concluir mais uma etapa da minha vida.

Aos meus pais Neusa e Artur, por todo incentivo, cuidado, amor, carinho, e preocupação desde a infância até hoje na vida adulta.

As minhas irmãs Tamires e Milena por toda união, consideração e companheirismo.

A minha linda turma de 2016.1, turma maravilhosa, que sinto muitas saudades. Obrigado pelas resenhas e companheirismo durante todos esses anos de curso, e por compartilhar aprendizados e troca de experiências. Nossas noites eram muito prazerosas. Em especial, gostaria de agradecer aqueles que compartilharam grandes momentos comigo na graduação, Caio, Ana Teresa, Daniela (Mel), Marília, Carlos, Pedro, Gabriel, Naty, Mirele, Wiler, Almir, Roque, Adriana, Denilsa, Isabela, Lúcia, Irlanne, Caíque, Talita, Luziane e Russenaide. Que os nossos laços de amizade construam novos momentos fora da UFRB.

Aos que conheci pelo meio do caminho em outros semestres, e os que não foram citados, sintam-se abraçados. Muito obrigado!

Aos docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB, pela troca de conhecimento, e todo suporte necessário para chegar até aqui. Muito grato a vocês! Sem vocês, nada faria sentido. Equipe docente muito bem qualificada e comprometida.

A prof. Dr^a Daniela Matos, que contribuiu para o início dessa pesquisa, incentivando, apoiando, e por sempre estar presente.

Ao prof. Dr^o Lucas Cerqueira meu orientador, por toda paciência, disposição e comprometimento nas orientações, esclarecendo dúvidas e dando contribuições valiosas para chegar na finalização deste trabalho.

A UFRB, CAHL, PROPAE e a todos os outros setores da UFRB, obrigado por tudo. Foram de fundamental importância na minha permanência na graduação e no desenvolvimento de diversas atividades. Ao CNPQ por ter me permitido uma experiência incrível na iniciação científica, sendo bolsista durante 1 ano pesquisando sobre (Re)configurações da rede de oferta socioassistencial do SUAS para pessoas com deficiência no Recôncavo da Bahia: percepções dos atores e reordenamento dos serviços, sendo orientado pelo prof. Dr^o Edgilson Tavares, que

com sua responsabilidade e empenho, me fez perceber e compreender o quão importante é a pesquisa científica na nossa sociedade.

Que continuemos em defesa da universidade pública e de qualidade, sempre respeitando a ciência e agindo democraticamente dentro dos princípios republicanos.

A todos que colaboraram com esse momento direta e indiretamente, gratidão!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar com se dá a participação política da juventude rural no município de Cachoeira – Bahia. A participação política é um mecanismo popular importante para que os jovens rurais possam expressar seus interesses, insatisfações e opiniões sobre determinados assuntos. Através dos espaços públicos, e grau de conhecimento político, eles podem se envolver em diversas causas sociais, e ao mesmo tempo articular demandas que possam garantir políticas públicas, cidadania e inclusão social para esta categoria, ampliando a consciência política e os engajamentos necessários para dialogar com representantes, movimentos sociais e diversos grupos propondo soluções, melhorias e visibilidade na sociedade. Entendemos que a participação política dos jovens rurais é de suma importância para diminuição das desigualdades sociais, invisibilidade social, e para que as pendências entre as diversidades de interesses e lideranças políticas, se não resolvidas, sejam equiparadas, de forma coletiva, pública, garantindo bem-estar social. Contudo, os resultados apresentados ainda mostram uma baixa articulação e dificuldades dos jovens rurais acessarem esses espaços para participar de forma ativa no município, o que pode aumentar a invisibilidade, exclusão social e o não acesso a direitos sociais. Isso foi possível ser observado através das entrevistas realizadas e análises dos dados coletados na metodologia deste trabalho.

Palavras-chave: Juventude Rural; Participação Política; Políticas Públicas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DEBATENDO O CONCEITO DE JUVENTUDE.....	12
2.1	UMA REVISÃO HISTÓRICA.....	Erro! Indicador não definido.
2.2	DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE JUVENTUDE	Erro! Indicador não definido. 5
3	POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	21
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	2Erro! Indicador não definido.
3.2	JUVENTUDE RURAL.....	24
3.3	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	29
3.4	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE RURAL NA CONTEMPORÂNEIDADE.....	33
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
4.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	38
4.2	OBJETO DE ANÁLISE	38
4.3	COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	40
5	RESULTADOS DA PESQUISA.....	41
5.1	CONCEPÇÃO DOS JOVENS RURAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	42
5.2	JUVENTUDE RURAL DE CACHOEIRA E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO	45
5.3	JOVENS RURAIS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICO NO MUNÍCIPIO DE CACHOEIRA E NO DISTRITO RURAL	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	61
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	62

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - CONCEPÇÃO DOS JOVENS RURAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO.....	42
FIGURA 2 - ASPECTOS DA CATEGORIA JUVENTUDE RURAL DE CACHOEIRA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO.....	46
FIGURA 3 -ASPECTOS DA CATEGORIA JOVENS RURAIS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICO NO DISTRITO RURAL E MUNICÍPIO DE CACHOEIRA.....	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – ALGUNS PROGRAMAS PARA À JUVENTUDE RURAL ENTRE 2004 E 2007	28
QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS NOS DISTRITOS RURAIS DE CACHOEIRA – BA.....	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

OIJ - Organização Ibero-americana da Juventude

SNJ- Secretária Nacional de Juventude

1 INTRODUÇÃO

No Brasil é possível notar que a juventude rural enfrenta diversos problemas sociais no cotidiano que podem atrapalhar o desenvolvimento pessoal e coletivo desses grupos geracionais. O desemprego, a falta de acesso aos direitos da cultura, educação, saúde, moradia, etc., e que, na maioria das vezes, são desafios associados a atuação do Estado. Para que esses problemas sejam debatidos e resolvidos torna-se necessária a participação política dos jovens, no envolvimento ativo nas instâncias participativas, ocupando os espaços públicos, debatendo, controlando, fiscalizando e participando da tomada de decisão. Desde o processo de democratização no Brasil, a sociedade civil foi conquistando mecanismos para debater e dialogar sobre vários tipos de problemas públicos e políticos, dando mais ênfase as relações sociais e uma maior participação e redistribuição de poder, na busca e garantia de direitos e deveres.

Castro e Abramoway (2009) afirmam que quando referido à juventude, a participação política mescla o racional/instrumental com o racional/emocional, questionando fronteiras formais, e na perspectiva dialética que decorra de condições da materialidade da vida e culturais juvenis. Em que pese à simplificação desses termos, em países estruturados por desigualdades e de múltiplos sistemas modelados por subalternidades como os de gênero, raça e geração, entre outros, há que mais qualificar a relação entre universos do ser jovem e a produção da juventude pelo mercado, pelos meios de comunicação e pelo Estado, complementam os autores. Assim, a participação política é uma forma de determinados movimentos, grupos e entidades lutarem por suas causas, garantindo inclusão social e ganhando visibilidade perante a sociedade, poder público e organizações do terceiro setor.

No caso da juventude rural, na proporção que não sejam discutidas as políticas públicas com um olhar voltado para a realidade que eles vivenciam, as vulnerabilidades e desigualdades socioeconômicas acabam condicionando limitações ainda mais acentuadas. A maioria desses jovens, por não serem vistos, por não se identificarem como atores políticos, não terem acesso a espaços públicos de participação, e até mesmo por conviverem em ambientes vulneráveis que dificultam o acesso a bens e serviços, acabam migrando para a área urbana, abandonando sua vida no território rural em busca de novas perspectivas de vida (CARNEIRO, 2007).

Os esforços dos movimentos sociais e de juventude, inclusive o da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), fez com que no Brasil, a partir da década de 90, a questão da juventude começasse a se institucionalizar, passando a ganhar mais visibilidade e, ao mesmo

tempo, espaços de participação para que começasse a discutir políticas públicas e a garantir direitos que foram sendo conquistados após o processo de redemocratização ocorrido na América Latina, ainda na década de 80. Começou-se a se construir e discutir agendas com foco nesse seguimento geracional que buscassem diminuir a ausência dos jovens nos espaços de participação social. (KERBAUY, 2005).

Uma juventude participativa é uma juventude que se constrói e adquire experiências dentro de suas práticas, engajando-se no processo político, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. O Estatuto da Juventude, um excelente instrumento na garantia de direitos para os jovens, em seu Capítulo II, art.4 traz que “O jovem tem direito à participação social e política na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” (BRASIL, 1990). Para que essa participação seja concretizada é necessário que se ocupe espaços públicos, permitindo a inclusão desses jovens na discussão política. Sobretudo, a inserção da juventude na política é de extrema importância para renovar quadros, trazer novas ideias e construir um novo caminho.

Enquanto munícipe da cidade, e por diversas vezes frequentar alguns distritos rurais, e acompanhar de perto várias dificuldades que esses moradores enfrentam, esse foi um dos motivos para aumentar o interesse e fazer com que eu desenvolvesse a pesquisa do trabalho de conclusão de curso nessa temática. Aprovado no curso de Gestão Pública da UFRB, em 2016, e na oportunidade de ter me matriculado na disciplina ofertada de Políticas Públicas para juventude, a partir do 2º semestre da graduação, juventude rural tornou-se meu tema para estudos. Sempre tive vontade de entender como os jovens rurais vivem esse território e, ao mesmo tempo, como eles se articulam para participar politicamente das questões sociais e políticas na sociedade, garantindo políticas públicas, que busque resultados independente dos governos (federal, estadual e municipal). Sendo assim, essa pesquisa é dotada de importância e relevância, pois é uma forma de ampliar os estudos sobre os jovens rurais e ao mesmo tempo debater a participação política da juventude rural fora dos espaços institucionais e acadêmicos, estimulando o crescimento da consciência crítica e política desses jovens, fortalecendo o seu poder de reivindicação para adquirir mais poder na sociedade, aumentando sua liberdade e garantindo democracia nas tomadas de decisões (BORDENAVE 1994). É uma forma de diminuir a invisibilidade e exclusão social, sendo que, quando falamos dessa juventude, nos referimos a um grupo de jovens que historicamente são vulneráveis e excluídos de muitas políticas.

Diante disto, o trabalho tem a seguinte pergunta de pesquisa: Como se dá a participação política dos jovens rurais na cidade de Cachoeira Bahia?

O trabalho tem como objetivo geral entender como os jovens rurais participam das questões políticas no município de Cachoeira – Bahia. Seguido os objetivos específicos que são: 1. Perceber a compreensão dos jovens rurais por participação política. 2. Identificar a vivência dos jovens rurais no seu distrito e nos espaços de participação, e como eles se articulam para vida política no município. 3. Analisar como os jovens rurais entendem a importância da participação política e as mudanças que ela traz no seu cotidiano.

A natureza dessa pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória, através da entrevista semiestruturada. A abordagem escolhida explica-se pelo fato de possibilitar ao investigador uma exploração e interpretação dos sujeitos pesquisados, a partir do contexto social em que os jovens rurais estão inseridos, sendo fundamental para compreensão do assunto pesquisado.

Além da introdução, o trabalho aborda primeiro capítulo do referencial teórico uma revisão histórica sobre juventude e as abordagens referentes as concepções sobre as juventudes já construída no Brasil. Abordagens essas que nos faz compreender as diferentes formas de viver a juventude na sociedade contemporânea, tornando-se necessário no presente analisar a diferenciação social e os obstáculos na construção de políticas públicas para estes grupos. No segundo capítulo do referencial, antes de ser realizada a discussão sobre a juventude rural, trago um breve contexto sobre o que é políticas públicas, e os tipos de políticas existentes na nossa sociedade. Sobre a juventude rural, faço uma discussão teórica e apresento programas que já foram implementados para esses grupos. A luta dos movimentos sociais para pautar a juventude rural nas agendas políticas de discussão foi de grande importância para pensar a juventude rural como atores políticos na sociedade, criando programas e projetos destinados para essa categoria. Ainda que o pensamento desses programas seja para agricultura familiar, torna-se necessário pensar a juventude rural fora desse contexto, para que assim, as políticas públicas sejam discutidas e implementadas envolvendo vários outros problemas sociais nas quais eles enfrentam.

Chegando no terceiro capítulo, o leitor irá se deparar sobre o que é a participação política, e as diversas formas de participação dos jovens rurais na contemporaneidade e nos espaços públicos. A partir da redemocratização e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a democracia representativa vai se consolidando, e a participação política da juventude rural passa ser discutida e ampliada através de diversos espaços públicos como conselhos, conferências, audiências públicas, associações, cooperativas etc.. Assim, é uma forma de

analisar como os jovens recebem e percebem essas políticas públicas e como constroem suas demandas em meio aos variados interesses.

Logo em seguida, descrevemos o método, assim como uma breve apresentação do município de Cachoeira, e todo o percurso dessa pesquisa, incluindo a classificação da pesquisa, objeto de análise, coleta e tratamento de dados e os resultados alcançados. Por fim, as considerações finais, referências utilizadas neste trabalho, e os apêndices.

2 DEBATENDO O CONCEITO DE JUVENTUDE

Esse tópico apresenta uma revisão histórica sobre juventude e algumas diferentes abordagens referentes as concepções sobre as juventudes no país.

2.1 UMA REVISÃO HISTÓRICA

A construção do termo juventude é uma constante preocupação das sociedades modernas e contemporâneas, uma permanente “questão pública” (GROPPO, 2009). A juventude é analisada de diferentes perspectivas, ciclos, fases e contextos dentro da sociedade brasileira. Ainda que não exista um consenso do que venha ser juventude, é importante acompanhar essa evolução conceitual que perpetua até hoje em diversos contextos (SOUZA e PAIVA, 2012).

Entre a segunda metade do século XIX e o começo da década de 1920, a formação de riquezas e disseminação da miséria, decorrente do avanço do capitalismo liberal, fez com que a juventude aparecesse como um perigo social, caracterizada por comportamentos desviantes de caráter tutelar e repressivo, não fazendo referência as suas condições existentes e não priorizando iniciativas que pudessem fomentar a sua participação na sociedade (SOUZA e PAIVA, 2012). Os autores ainda ressaltam que essa concentração de capital contribuiu para diversos fatores, entre eles a exclusão e até extermínio da juventude mais pobre, inclusive por questões socioeconômicas pelas diferentes classes sociais causando desordem social

Essa vinculação de juventude com a desordem social é uma concepção que contribui fortemente até os dias atuais para reforçar a relação entre vadiagem/ociosidade/pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade, apesar ainda de haver ambiguidade na interpretação de condição juvenil. (SOUZA e PAIVA, 2012, apud COIMBRA & NASCIMENTO, 2003, p. 355).

Groppe (2004) enfatiza que esses efeitos sociais negativos eram decorrentes do avanço do capitalismo industrial, que colocava a juventude como delinquente, indiciada, bando de criminosos, etc..., definindo, assim, a juventude como problema social de questão pública e que precisava ser debatida. A desordem social, por conta da atuação do Estado que não ia de encontro aos interesses do que os jovens reivindicavam era provocada pelas classes sociais mais baixas, fazendo-se com que na segunda metade do século XX, ainda no pós-guerra, o próprio conceito de juventude ganhasse relevância, seja pela questão de consumo de bens culturais, com a formação de subculturas juvenis, seja pelas políticas voltadas para a educação. (ABRAMO, 1997). Surgiram novas ondas de preocupações públicas que começaram a favorecer o debate em torno da compreensão do que venha a ser juventude.

Por volta da década de 50, a juventude vinha sendo discutida pela ótica da educação, sendo vista como uma fase preparatória e transitória da vida, que exige da família, da escola e do Estado atenção e esforços contínuos, que visem preparar o jovem para socialização (CASTRO & ABRAMOWAY, 2002). O foco das políticas governamentais para os jovens dirigia-se, então, para a profissionalização, e a ocupação produtiva do tempo livre e a educação dos jovens, atendendo à lógica desenvolvimentista:

O jovem deveria ser preparado para se tornar um adulto produtivo, responsável pelo progresso nacional. Nota-se, portanto, a construção social da juventude como geração a ser integrada à sociedade para ela servir, priorizando-se na interação indivíduo e sociedade, um modelo ideal de sociedade, ou seja, a norma da sociedade produtiva” (CASTRO & ABRAMOWAY, 2002, p. 22).

Os autores ainda relatam que essas ações voltadas para o campo da educação, entre as classes médias e altas, trouxe uma divergência de orientação política, visto que, essas ações voltadas para o campo da escolaridade e educação, os colocavam em uma lógica desenvolvimentista predominante daquele período. Dentro desse mesmo contexto, quando os jovens passaram a questionar incisivamente as ordens sociais existentes, as ações governamentais da época tentavam inibir atos que eram considerados de violência e perigo pela sociedade.

Abramo (1997) ainda chama atenção desse período no qual os jovens passaram a ser objeto de maior atenção do Estado, associados a práticas de “delinquência juvenil” devido a mudanças de comportamentos dos jovens mediante ao movimento de serem ajustados aos papéis de adultos, que na visão do Estado ameaçava as estruturas sociais.

Já na década de 60 e 70, a juventude aparece através de movimentos estudantis, organizando-se e manifestando-se contra aos regimes autoritários, entre eles a luta pelo fim do regime militar instaurado no Brasil em 1964 (GROPPO, 2009). O Estado traçou estratégias de segurança nacional, sob controle político e policial para tratar os jovens militantes que protestavam contra as insatisfações de maneira violenta e coercitiva, buscando assim o desejo de mobilizar e adquirir autonomia assumindo uma nova integração social da juventude. As intervenções institucionais feitas pelo Estado, foram baseadas nas fases biológicas e temporais do curso de vida da juventude, considerando apenas o período temporal, sem estabelecer relações com a vivência no cotidiano desses jovens, obrigando indivíduos e grupos sociais a procurar soluções particulares para as dificuldades inerentes ao ritmo biológico da vida, como o envelhecimento. (GROPPO, 2009).

A reelaboração positiva dos jovens nesse período, passou a ser vista como um modelo de transformação social, com ideias e inovações dessa categoria, comprometendo-se com a mudança social:

A juventude apareceu então como a categoria portadora da possibilidade de transformação profunda; e para a maior parte da sociedade, portanto, condensava o pânico da revolução. O medo aqui era duplo: por um lado, o da reversão do ‘sistema’; por outro, o medo de que, não conseguindo mudar o sistema, os jovens condenavam a si próprios a jamais conseguirem se integrar ao funcionamento normal da sociedade, por sua própria recusa (os jovens que entraram na clandestinidade, por um lado; por outro lado, os jovens que se recusaram a assumir um emprego formal, que foram viver em comunidades à parte, como formas familiares e de sobrevivência alternativas etc.) não mais como uma fase passageira de dificuldades, mas como recusa permanente de se adaptar, de se “enquadrar” (ABRAMO, 1997, p. 31)

Nos anos 80, Abramo (1997) relata que a juventude acabou sendo classificada como uma geração individualista, consumista, conservadora e indiferente, em relação a dos anos 60 e 70. Apesar do Estado continuar detendo o poder de controlar as ações juvenis, através atitudes autoritárias e coercitivas que favorecessem o aparato institucional, surgiram novos movimento juvenis de cunho popular, manifestações urbanas e rurais. Novos grupos populares apareceram na cena, a exemplos de gangues juvenis, de punks, inclusive os jovens passaram a ser considerados como preocupação social a fim de moldar o debate para esta categoria assumir o papel de inovação cultural.

O problema relativo à juventude passa então a ser sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema. Tematizada por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude aparece aqui como depositária de um certo medo relativo ao “fim da História”, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança” (ABRAMO, 1997, p. 31)

Até meados da década de 90, as políticas voltadas para juventude, eram executadas pelo Estado e Sociedade civil, em regência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram criados programas para crianças e adolescentes até os 18 anos que passavam por situações de risco e carência. (ABRAMO, 2005).

Abramo (2005) enfatiza que através das mobilizações que os jovens fizeram durante vários períodos, entre eles na década de 80 no processo de democratização, a juventude passou a ganhar novas reformulações e enfoques a partir da década de 90. Buscavam novas formas de inserção social na sociedade, e políticas que garantissem ações estruturais de forma a ganhar visibilidade perante suas demandas com novos temas, focos, necessidades, desejos e visões diferentes caracterizando uma diversidade de atores juvenis.

Apesar de enfrentarem dificuldades de inserção e integração social que os colocavam em risco e em situação de vulnerabilidade social, acarretada por diversos fatores, como crise do trabalho, aumento da violência, questões socioeconômicas, desemprego etc, a importância de perceber as especificidades e as necessidades existentes entre as diferentes juventudes, ganhou relevância para debate no contexto político e social, passando a compreender a juventude de forma heterogênea através de determinados contextos, como qualidade de vida, acesso a direitos sociais, econômicos, social e cultural (ABRAMO, 2005).

Diferentes marcos foram de fundamental importância a partir dos anos 90 para pautar a juventude na sociedade. A Constituição Federal de 1988, o surgimento de movimentos sociais, instituições políticas, dentre outros por trás de todas essas articulações e conquistas, no ano de 2005, foram criados órgãos para pautar e delimitar as ações direcionadas ao público juvenil, como a Secretária Nacional de Juventude – SNJ e Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE. (SOUZA e PAIVA, 2005)

Dentro dessas lutas e conquistas, a Constituição Federal de 1988 foi um marco de grande importância para firmar direitos e deveres a todos os cidadãos, inclusive garantindo que todas crianças, adolescentes e jovens disponha da proteção por parte do Estado, sociedade e família aos direitos sociais conforme seu Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

Em 2013, foi sancionado o Estatuto da Juventude, que através dos seus princípios e diretrizes para elaboração de políticas públicas, amplia a faixa etária das pessoas que são consideradas jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte nove anos) de idade, assegurando outros direitos aos jovens, como o direito à participação social e política, a livre orientação sexual, comunicação, independente das diferenças socioeconômicas.

2.2 DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE JUVENTUDE

O termo juventude vem se fundamentando nas transformações biológicas, psicossociais, históricas e das relações sociais, observando sempre as diferentes trajetórias e aspectos da identidade dos grupos sociais que estão/são inseridos. Para compreendermos as diferentes

condições sociais da juventude, Catarina (2016) diz que ela está ligada a correntes geracionais, classista e de culturas juvenis.

Na corrente geracional, a autora coloca essa corrente, em relação à existência de uma cultura juvenil que se opõe à cultura de outras gerações, nomeadamente as gerações adultas. Pode ser considerado como uma fonte de criação de identidades sociais, sendo que determinados jovens passam por situações e momentos semelhantes, que muitas vezes se configura em novos estilos de vida, de forma subjetiva similar a seus interesses.

Abramo (2005), relata que o fato de que estejam sujeitos nas sociedades em diversos seguimentos, acarretando a uma mesma forma de geração, as diferenciações sociais que esses jovens enfrentam no cotidiano, acaba sendo um fator importante para que surjam pontos de encontro físicos e subjetivos que são fundamentais para que se formem grupos com identidades geracionais. Sendo assim, é possível definir as gerações juvenis por oposição a cultura de gerações mais velhas.

A juventude na corrente classista é entendida e compreendida através das heterogeneidades dessa categoria, baseada nas distinções de classes sociais e reprodução social (DOUTOR, 2016). As diferenças socioeconômicas existentes, marcada pelas diversas formas de desigualdades sociais na sociedade, (renda, acesso à educação, saúde, etc.) e as diversas formas de viver a juventude em uma sociedade globalizada, aumenta a exclusão social entre esses jovens, inclusive os jovens que vivem em territórios vulneráveis, periféricos ou de extrema pobreza, enfrentando diversas dificuldades no cotidiano criando barreiras para inserção social em políticas públicas, dificultando a integralização e efetivação dessas políticas.

Assim, a autora destaca a importância de analisar determinados comportamentos e práticas dos jovens através das diferentes posições no espaço social:

A transição dos jovens para a vida adulta é acompanhada por desigualdades sociais na divisão sexual do trabalho, na condição, entre outras. Contudo, os jovens de diferentes condições sociais partilham, de igual modo, o receio do desemprego, ainda que recorram a diversas estratégias para contornar possíveis problemas que possam surgir” (DOUTOR, 2016, p. 166).

Analisar histórica e socialmente essa categoria é fundamental para entender as disparidades de classes social, que é marcada pelas desigualdades sociais que esses jovens enfrentam, envolvendo uma serie de diferentes origens de classes como, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural, momento histórico e grau de “desenvolvimento” econômico, que através dessas dimensões de categoria juvenil, que surgem grupos juvenis múltiplos e diversos (GROPPO, 2004).

Na corrente cultural temos o sistema de valores que afetarão jovens de diferentes meios e condições sociais. A cultura juvenil é marcada pelo consumo de bens culturais, valores e práticas juvenis, que acarreta em transformações e costumes na sociedade. Como a juventude é heterogênea, a noção cultural dessa categoria, varia de acordo ao modo de vida que esses jovens passam durante sua existência, sendo encaixado em um processo de socialização, adquirindo distintos significados e perspectivas (DOUTOR, 2016).

No âmbito da sociologia da juventude, a noção de cultura tem sido predominantemente utilizada com o desígnio de distinguir os diferentes significados e valores de determinados comportamentos juvenis:

É certo que as culturas juvenis são encaradas como processos de internalização de normas nos processos de socialização e, por isso, estas culturas juvenis têm sido analisadas ao nível das representações sociais dominantes” (DOUTOR, 2016, p. 167).

São as práticas do dia-a-dia e os modos de vidas que irão determinar valores e significados a sua própria vida cotidiana e das instituições vigentes. Os valores e diferentes significados nas representações sociais. Através da socialização entre uma geração e outra que transmitimos as normas sociais, encontrando variadas significações nas ações, atividades e a cultura dos jovens no cotidiano (DOUTOR, 2016).

Leon (2005), enfatiza a necessidade do estudo qualitativo, centrado nas subjetividades dos sujeitos, o que de certo modo vem ganhando grande relevância, uma vez que a aproximação através dos próprios sujeitos é essencial na busca de construção da inserção, da experimentação e até mesmo da participação da juventude em sociedade.

Um jovem de zona rural, por exemplo, não tem a mesma identificação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos, por conta das dificuldades e vulnerabilidade social que esses jovens enfrentam para terem acesso a determinadas políticas públicas. É possível notar, principalmente nas áreas rurais e territórios periféricos, uma grande dificuldade de inserção social, principalmente nas questões de infraestruturas básicas, saúde, educação, cultura, lazer, emprego, renda etc. (LEON, 2005).

Assim, a lógica de se pensar a juventude somente como uma categoria etária atualmente vem se tornando raso para debate no meio acadêmico, tornando-se apenas categorias sociodemográficas:

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis de adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e os ajustes que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está

presente para o pensamento e para a ação social como “problema”, como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social, numa perspectiva mais abrangente como tema de risco para a própria continuidade social” (ABRAMO, 1997, p. 29)

O Estatuto da Juventude definiu a faixa etária para juventude de 15 a 29 anos. Ainda que viável para estudo, a alternativa de reconhecer esta categoria pela faixa etária, serve apenas como dados quantitativos que ajuda na construção de políticas públicas. Podemos encontrar em Groppo (2004) sobre delimitação da juventude por faixa etária que:

A idade contada em anos, dado objetivamente determinado, parecia ser o melhor critério para o julgamento das ações individuais e a atribuição de deveres e direitos, dada sua universalidade e caráter quantitativo. Também, permitia às ciências, principalmente no ponto de vista positivista, elucidar as pretensas determinações “naturais”, de caráter bio-psicológico, do desenvolvimento humano” (GROPPO, 2004, p. 11).

Em suma, torna-se necessário compreender as disparidades que esses jovens enfrentam nas relações sociais do nosso cotidiano, que pode acarretar na aceleração ou redução do desenvolvimento da juventude.

Na década de 80, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em prol da determinação objetiva e social da juventude. Diferente da adolescência que é delimitada pela faixa etária de 12 a 17 anos estabelecida no ECA, pela Lei de nº 8069/90, a juventude, através da classificação da UNESCO 2004:

Refere-se a um período não necessariamente delimitado pela idade, mais que compreende outros fatores, relacionados a intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam de acordo com as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, dentre outros determinantes” (SOUZA e PAIVA, 2012 p. 353).

Apesar de sofrer delimitação dos grupos populacionais, ele varia de contextos particulares, como a família, o acesso a políticas públicas, aquisição de autonomia, qualidade de vida, entre outros aspectos, decorrente do mundo globalizado que acelera ou reduz a vivência juvenil. Ainda de acordo com essa classificação, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), demonstraram uma preocupação estatal com a juventude brasileira, delimitando a juventude em uma faixa etária de 15 a 29 anos, subdivididas em subgrupos, que classifica de 15 a 17 anos jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 24 a 29 anos – jovem adulto. Inclusive nos casos de países ocidentais como o Japão, a

especificação de um período juvenil pode-se se estender a uma faixa etária que vai dos 12 aos 35 anos (SOUZA e PAIVA, 2012).

Apesar de algumas definições sobre juventude se apegarem a faixa etária para representação dessa categoria, além de ser um dado demográfico considerável para análises, ela não é universal para estudos, sendo necessário compreender as diferenças sociais que os jovens rurais e urbanos enfrentam em determinados contextos, para que assim os jovens possam ser reconhecidos como uma categoria social que (GROPPO, 2004) classifica como normatização de comportamentos, definição de direitos e deveres, além de ser uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturantes” das redes de sociabilidade.

Sendo assim:

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas (ABRAMO, 1994 apud LEÓN, 2005, p. 13).

Abramo (2005) apresenta quatro abordagens sobre juventude, entre elas, a juventude como período preparatório, a juventude como etapa problemática, a juventude como ator estratégico do desenvolvimento, e a juventude cidadã como sujeito de direitos.

Na primeira abordagem a juventude como período preparatório, a juventude aparece como período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para próximo estágio vital. Nessa abordagem, a educação entra como fator principal, onde os jovens criam responsabilidades e adquirem experiências para assumir os papéis de adulto. Além de participar na sociedade em diversos momentos, como serviço militar, direito ao voto, etc; devido a homogeneização de o Estado garantir esses direitos de forma universal, a diferenciação social em que vivemos, por exemplo entre o jovem rural e jovem urbano uma grande parte da juventude pode acabar ficando de fora, gerando novas exclusões sociais, sendo que nem todos tem acesso aos mesmos direitos (ABRAMO, 2005).

Na segunda abordagem a juventude como etapa problemática, os jovens aparecem como uma ameaça à ordem social, isso pode ocorrer por diversos fatores que venham caracterizar falhas no processo juvenil, entre elas gravidez precoce, drogas ilícitas, criminalidade, entre outros. No Brasil, este foi o enfoque que praticamente dominou as ações dos anos 80 aos 90, foi uma das principais matrizes por onde o tema da juventude, principalmente a “emergente”

juventude dos setores populares, voltou a ser problematizado pela opinião pública e que intencionou para a criação de ações tanto por parte do Estado como da sociedade civil. Passou-se a criar relações sociais entre Estado e Sociedade civil, na busca de desconstruir a limitação que existe entre a juventude como “causadores de problemas sociais” relacionados ao pânico moral, descaracterizando a “juventude como problema” para a “juventude como solução” (ABRAMO, 2005).

Na terceira abordagem o jovem como ator estratégico do desenvolvimento, está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social, que ameaçam grandes contingentes de jovens afim de atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais. Além de promover a formação educacional, favorece no reconhecimento das potencialidades frente as inovações tecnológicas e transformações produtivas, que pode servir de base para atuação nas suas comunidades, na sociedade, resultando em atividades voluntariadas, engajamentos nos projetos sociais, maior participação social e política dentro dos espaços que dialoguem com juventude. É importante destacar que por haver uma carga muito grande a esses jovens depois que eles começam a se engajar, a proporção em que os jovens aparecem como aposta para a solução das comunidades sem que sejam devidamente consideradas suas necessidades, podem torna-se alvo de interesse público, não tendo uma participação tão efetiva (ABRAMO, 2005).

Contudo, coexistem ainda dois riscos: o de privilegiar a proposição de políticas voltadas para o engajamento dos jovens em campanhas cívicas e tarefas de construção ou reconstrução nacional, perpetuando a invisibilidade de suas demandas próprias; e o de alimentar uma certa mistificação a respeito dos jovens como se fossem eles os sujeitos privilegiados da mudança social, ou os únicos capazes de inovações, ignorando o papel de outros sujeitos e movimentos sociais (ABRAMO, 2005).

Na quarta abordagem que caracteriza a juventude cidadã como sujeito de direitos, varia de acordo ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens. O foco aqui, é gerar política centradas na noção de cidadania, considerando os jovens como sujeitos integrais, para articulação de políticas intersetoriais. Busca-se entender o desenvolvimento juvenil em suas diversas evoluções e configurações, caracterizando sempre pelo presente, complementando todas as outras etapas aqui descritas (ABRAMO, 2005).

Essas abordagens aqui descritas são de fundamental importância para compreender a diversidade e visibilidades de juventudes, e como elas podem contribuir para o entendimento da cultura juvenil na sociedade brasileira.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Este tópico aborda as políticas públicas, juventude rural e o debate da participação política. Antes de começar a discutir sobre juventude rural, é necessária uma breve contextualização do que vem a ser políticas públicas.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As melhorias que buscamos no nosso cotidiano devido às insatisfações que enfrentamos na sociedade, decorrente das diversas condições social, econômica e espacial, é concretizada através de políticas públicas, quando o Estado com outras instâncias políticas, através de ações, e ocupações das pessoas nos espaços públicos formalizam as tomadas de decisões, como uma maneira de garantir desenvolvimento social, inclusão social, e garantir direitos previstos em lei, como acesso à educação, assistência social, cultura, etc..

Por volta dos anos 80 com a democratização do sistema político e novas tecnologias oriundas das crescentes transformações nas sociedades decorrentes da globalização e industrialização, a descentralização e participação tornaram-se novas formas de relacionar-se em sociedade, trazendo mudanças sociais possíveis e desejáveis, como forma de identificar as incertezas das decorrentes mudanças de contextos, surgindo assim, a política pública. (SARAVIA E FERRAREZI, 2006).

Saravia e Ferrarezi (2006) definem política pública como um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. São consideradas como estratégias para diversos fins, desejados por diversos grupos que participam do processo decisório. Constitui um grande elemento que cria diretrizes para inúmeras ações. Dentro dessa perspectiva, por uma ótica mais operacional, os autores enfatizam que:

Ela é um sistema de decisões públicas que visa ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (SARAVIA e FERRAREZI, 2009 p. 29).

Podemos encontrar em Secchi (2014) que política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Envolve ações e decisões que serão solucionadas em forma de projetos, programas e políticas específicas para toda a população. O próprio autor classifica as

políticas públicas em 4 tipos: políticas distributivas; políticas redistributivas; políticas regulatórias e políticas constitutivas.

Nas políticas distributivas, não existem confronto direto. Elas geram benefícios para determinados grupos e custos para a população em geral que contribuem através de impostos. A saúde, esporte, lazer, assistência social e o acesso à educação pública, é uma política distributiva que quem se beneficia dela garante melhores condições de vida e oportunidades. Como elas são simultâneas, vários interesses podem ser atendidos constantemente durante a distribuição (SECCHI, 2014).

As políticas redistributivas são destinadas a determinados grupos com objetivos e interesses já decididos, que serão custeados por uma outra categoria de atores. Aqui o impacto é maior, e predomina-se sobre uma categoria ampla das classes sociais, tirando dos que “têm” para dá a quem não “têm” (SECCHI, 2014).

As políticas regulatórias estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos ou privados. Aqui os grupos formalizam as suas decisões de formas grupais e tangenciadas, compartilhando suas decisões, favorecendo o processo de decisão e regulação de forma evidenciada. (SECCHI, 2014).

Já as políticas constitutivas são as regras que definem as competências, jurisdições e a elaboração das políticas públicas. Envolve as 3 esferas de poder, federal, estadual e municipal estabelecendo formas de participação e regulamento as ações no âmbito das políticas públicas. (SECCHI, 2014)

A política pública surge a partir de um estado de coisas que RUA (2009) classifica como algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental. Parte-se do pressuposto de uma série de problemas públicos que podem ser identificados, precisando de intervenções. Quando o Estado reconhece a importância desse problema, o assunto entra na agenda política governamental, e os atores envolvidos começam a elaborar as etapas da política pública. É levado em consideração interesses políticos, ambientes externos e internos, custos e benefícios, bem como pressões de outros atores políticos no ramo da política pública, a exemplo da mídia.

Portanto, toda política pública é oriunda de uma decisão política que RUA (2009) diz que corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. É nessa fase que o poder político e a habilidade racional dos pressupostos processos da política é entendido, para que ocorra a tomada de decisão.

No processo de tomada de decisão ocorre uma série de mecanismos e fatores disponíveis para que seja uma escolha assertiva, de interesse público e coletivo, que atinjam todos os beneficiários possíveis. Rua (2009) ainda destaca que a tomada de decisão não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas, sim, que foi possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada. Isso leva em conta diversos aspectos, como os poderes que estes atores possuem, problemas, ideias e oportunidades que essa política pública possa proporcionar.

O ciclo de políticas públicas como uma abordagem para estudo perpassa por fases sequenciais e interativas, sendo caracterizadas por Rua (2009) em quatro etapas: agenda, formulação de alternativas, implementação e avaliação.

Na agenda é quando a situação sai do estado de coisas, passa a ser reconhecido, incluído e discutido como um problema público, pelas autoridades governamentais. Neste momento, o Estado juntamente com outros atores políticos se preparam para começar a elaborar a política pública de forma decisória e legítima. É levado em consideração recursos disponíveis, necessidades governamentais, os custos e benefícios, etc.

A formulação de alternativas é quando são apresentadas soluções para se chegar a uma decisão do que está sendo formulado. Aqui o método de escolha é racional, em conjunto com diversas análises sobre os meios e fins disponíveis, obedecendo o marco jurídico, administrativo e financeiro. É necessário que chegue a um nível de aprovação máxima entre os atores políticos envolvidos nesta etapa.

A implementação é quando todas as alternativas, recursos materiais, financeiros e humanos, etc. já foram analisados e escolhidos da melhor maneira possível para que assim, tornem ações intervencionistas que cause efeitos e impactos sociais.

SECCHI (2014) relata que a implementação passa por dois modelos: *Top-Down* e o modelo *Bottom-up*. No primeiro modelo ele é caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas. Ocorre de cima para baixo, respeitando a hierarquia dos atores envolvidos até chegar nos níveis específicos. Os tomadores de decisão são separados dos administradores que executarão a política. No segundo modelo, ele é executado de baixo para cima, envolvendo as variáveis e os sujeitos, caracterizando-se pela maior liberdade de burocratas e a redes de atores que estão à frente da implementação das políticas públicas.

A avaliação é o momento que se mensura e analisa os impactos e efeitos que a política pública causou. Juntamente com o monitoramento é observado as consequências previstas e não previstas que a política pública tem, e os ajustes necessários para que alcance os resultados pretendidos. Em diversos casos, quando o problema já foi resolvido, as ações foram ineficazes, ou o problema perdeu importância pode ocorrer a extinção da política pública.

3.2 JUVENTUDE RURAL

Reconhecer a juventude rural como sujeito de direitos e alvo de políticas públicas é um dos motivos de muita luta entre pesquisadores que pautam essa temática nas discussões acadêmicas e políticas, devido a invisibilidade que perpassam nessa geração. Os jovens rurais passam por diversos contextos que podem dificultar a vivência deles neste território, como ausência de políticas públicas, desigualdades sociais e socioeconômicas, falta de acesso a informação, precarização para trabalho, ausência de serviços básicos, saúde, educação, esporte, emprego e principalmente falta de perspectivas.

Pesquisas relacionadas à juventude rural, segundo levantamentos feitos por Weisheimer (2005), do período de 1990 a 2004, foram de fundamental importância para estimular o debate sobre juventude rural, trazendo contextos emergentes que a juventude rural vivencia, a fins de diminuir a exclusão social e tentar romper a invisibilidade social que esses jovens enfrentam. Dentro dessa mesma pesquisa o autor ainda caracteriza os estudos em 4 dimensões, entre elas: 1) Juventude e educação rural, 2) Juventude rural, identidades e ação coletiva, 3) Juventude rural e inserção no trabalho e 4) Juventude e reprodução social da agricultura.

Perceber as juventudes rurais dentro do seu território e através de suas heterogeneidades, é de fundamental importância, uma vez que, não há uma única juventude rural, um único modelo de jovem rural. São atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos indeníveis correlatos (KUMMER e COLOGNESE, 2013).

Um dos principais problemas apontados por Weisheimer (2013) que existe dentro do debate acadêmico relacionado aos jovens rurais é a questão de romper a invisibilidade social que esses jovens enfrentam, que de certa forma acaba atrapalhando no reconhecimento, desenvolvimento, formação de identidades e até mesmo agendas políticas que discutam sobre políticas públicas para jovens rurais, que possa garantir direitos e caracterizar as relações sociais existentes entre eles:

[...] a invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, dessa forma, eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Neste sentido, quanto mais fragilizados e invisíveis os jovens rurais ficarem perante a sociedade, mais difícil tornar o processo de inclusão na agenda governamental para se discutir políticas públicas voltadas para este seguimento” (WEISHEIMER, 2013, p. 23).

Assim, as discussões sobre juventude rural são importantes na agenda política a modo de tentar romper essa situação de invisibilidade social e fragilização que perpassa nesse grupo geracional (WEISHEIMER, 2013).

Os jovens rurais só passam a ser objeto de investigação quando começam a abandonar o seu território rural. Como a juventude é vista como uma etapa problemática, a saídas desses jovens para buscarem novos meios de convivência é sempre vista como “problema”:

No caso de jovens rurais, temos questões que dizem respeito a estar nessa realidade, com esses múltiplos contextos e com a posição de hierarquia do campo frente à cidade. Isso explica a insistência em um tema que parece sempre o ponto de partida, o “tema problema”: a migração, a permanência ou a saída do campo, a circulação. [...]” (CASTRO, 2007, APUD Kummer e Colognese 2013 p. 207).

São inúmeros os motivos que fazem os jovens rurais permanecerem ou saírem desse território. Kummer e Colognese (2013) concluem que os estudos voltados para os jovens rurais, abordam duas dinâmicas: a da saída dos jovens do meio rural que se dá pela migração ou êxodo, e o da permanência dos jovens no meio rural, pela sucessão e reprodução da agricultura familiar.

No caso da migração populacional, ela ocorre quando os jovens rurais têm interesse em novas demandas, as vezes semelhantes às dos jovens urbanos, que os despertam para buscar atividades melhores remuneradas, fora do ambiente da agricultura familiar. A insatisfação com o território, ou o interesse em novas formas de socialização passa a fazer parte do desejo deles, acarretando em novos caminhos a seguir, inserindo-se nos contextos urbanos, em busca de melhores condições de vida, perspectivas e acesso ao consumo através de bens e serviços, reconstruindo conceitos e adquirindo novas experiências no cotidiano (CARNEIRO, 2007):

Por que migram? Porque querem não apenas melhores condições de trabalho e mais bem remunerado, mas também educação de melhor qualidade e, não menos importante, querem o acesso ao lazer. Esses jovens demandam por cinema, shows, teatro, viagens. É claro que se formos considerar suas condições materiais, nos certificamos que dificilmente eles teriam condições de concretizar esses desejos, mas é importante registrar que eles têm essa demanda, ainda que em um grau muito grande de idealização. Com isso percebemos uma dinâmica interessante: o jovem rural não está aceitando mais o lugar que sempre lhe foi imposto, sobretudo pelos pesquisadores do meio rural, de ‘trabalhador em formação’, de ‘ajudante familiar’ cuja inserção na sociedade se daria apenas no mundo do trabalho e na contribuição que

essa inserção possa oferecer à reprodução social de suas famílias. Temos de estar atentos, portanto, não só para as demandas dos jovens rurais, mas também para os nossos olhares sobre esse segmento da população rural” (CARNEIRO, 2007, p. 78).

A migração não significa que o jovem não volte para o território rural, é apenas um período que ele busca um maior desejo em bens materiais e simbólicos que na área rural as vezes não é disponibilizado. É muito importante que os atores políticos estejam antenados com essa categoria, buscando demandas, dialogando com as políticas públicas, e que juntamente com as organizações da sociedade civil, e associações existentes nos territórios rurais, formem articulações políticas que possam garantir políticas públicas e acesso dos jovens em cultura, esporte, lazer, entretenimento, saúde, educação etc., promovendo não só o desenvolvimento social, como perspectivas de vida aos jovens. Torna-se necessário uma discussão ampla sobre essa geração que possuem características, necessidades e desejos distintos, e não somente pensar juventude rural no ramo da agricultura familiar (CARNEIRO, 2007).

Durante essa mobilidade de ficar ou partir do mundo rural, quando os jovens saem para ir para o meio urbano na busca de novas condições de vida, é importante que eles percebam as diferenças das condições sociais que são encontradas nos diferentes espaços do rural e urbano, o que de certo modo configura os próximos passos da sua vida:

É certo que essa combinação do “melhor dos dois mundos” não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional” (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Permanecer ou voltar para o campo, não significa uma derrota ou fracasso do jovem. A não adaptação no contexto urbano, dificuldades em se inserir no mercado de trabalho pela falta de qualificação, do desemprego estrutural, o desejo em ficar com a família, parentes e amigos mais próximos para continuar compartilhando os valores e códigos, agrega-se a uma das hipóteses que levem ao retorno para este território. A questão da educação, por exemplo, no meio rural na maioria das vezes só tem ensino fundamental garantido. O jovem que tem desejo em fazer um curso na educação superior e cursos profissionalizantes, se deslocam para os centros urbanos na busca de melhores qualidades de ensino. Novas percepções que área urbana venha a impactar nos jovens, é fundamental para entenderem a diferença entre a cidade e o rural, através de fácil acesso e perspectivas ao emprego, lazer, turismo, educação, entretenimento, entre outros (CARNEIRO, 2007).

Tratando se do êxodo rural, ele é relacionado aos diferentes espaços de sociabilidade que é ocupado entre os jovens rapazes e as moças. Devido à dominação existente nas áreas rurais,

caracterizando somente o homem como trabalhador, as jovens mulheres acabam indo para a cidade na busca de novas condições de trabalhos, devido à invisibilidade do seu trabalho no meio rural, buscando igualdade e reconhecimento no desenvolvimento de suas tarefas. Já na sucessão e reprodução da agricultura familiar, o jovem rural tem como estrutura fundamental a família, ajudando no processo de sociabilidade que venham a caracterizar rupturas ou continuidade no mundo rural (CARNEIRO, 2007).

No que consiste na chegada à idade adulta, no meio rural, ainda padece de uma cultura voltada para sucessão de seus pais na agricultura familiar, inclusive quando seus pais não puderem mais trabalhar, ocorrendo sempre esse repasse de gerações em gerações. Uma das características que contribuem para o processo de reprodução e sucessão é o matrimônio, processo de casamento que o jovem é vinculado, tendo que arranjar uma esposa/esposo para ter filhos, e dividir as tarefas dentro do seu trabalho. Porém, devido a nem todo jovem rural filho de agricultor querer ser agricultor familiar, ou um filho de agricultor não querer casar, seguir essa cultura existente, isso acaba gerando conflitos, de forma a manter uma relação familiar não muito equilibrada:

Apesar de o jovem perceber a importância que a família tem para ele, seja como apoio afetivo e material, seja como referência social, a família também representa uma restrição a seus projetos, justamente pela dificuldade que ele encontra de ser visto como um indivíduo que tem interesses próprios que podem não ser coerentes com os objetivos coletivos, da família, sobretudo da família camponesa. Percebemos, então, uma relação de ambiguidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo que ela representa um espaço de proteção, de conforto e enraizamento social, é também um espaço onde vivencia as restrições mais severas à realização de seus desejos” (CARNEIRO, 2007, p. 78).

É fundamental alternativas não-agrícolas para rapazes e moças, ao menos de um modo diferente da que os pais pensam, sem provocar conflitos nos valores familiares e hierárquicos.

Weisheimer (2005) classifica de 14 maneiras os jovens rurais, ampliando a configuração, identificação e diversidade juvenis. O autor os caracteriza das seguintes formas: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem-terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural e juventude rural. Nesse trabalho monográfico, usamos os termos juventude rural, e jovens, visto que esse conceito tem complemento com as abordagens entre adolescência e juventude.

Dentro de todas essas conceituações até aqui trazidas, é importante destacar que a juventude rural vem sendo caracterizado como uma categoria social em um período de processo juvenil, onde as maturidades e desenvolvimento cognitivo, físico, sexuais e intelectuais vem se caracterizando no processo de mudança dos jovens, despertando o raciocínio social que vão

estruturar as relações sociais existentes na sociedade, correspondendo a faixa etária de 15 a 29 anos (WEISHEIMER, 2005).

As demandas da juventude, seja urbana seja rural, passaram a ser reconhecidas como importantes e que deveriam ser de responsabilidade do Estado, junto com organizações da sociedade civil, assim como os movimentos sociais no processo de estruturação social, para se começar a discutir sobre as políticas públicas para o meio rural a fim de favorecer o debate. Diversos movimentos sociais rurais foram importantes no processo de inclusão de agenda que pautasse a juventude rural como atores políticos. Entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento sindical de Trabalhadores Rurais, e em organizações religiosas evangélicas e católicas, etc. (WEISHEIMER, 2005).

Com o reconhecimento da diversidade de juventudes, passou-se a surgir, como já mencionado na descrição do conceito de juventude, órgãos para pautar sobre a juventude, como a Secretária Nacional de Juventude – SNJ e Conselho Nacional de Juventude CONJUVE criando diretrizes para a criação do Estatuto da Juventude, Plano Nacional da Juventude, entre outros; organizando de maneira sistemáticas as diretrizes para discutir políticas públicas para o meio rural (WEISHEIMER, 2005).

Se tratando das políticas públicas para o meio rural, a Resolução nº79 do Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural (CONDRAF), prevê tanto a proposição como o acompanhamento de políticas dirigidas aos jovens, que desenvolvam atividades rurais, além de dar visibilidade as demandas dos jovens rurais, de modo a atender as suas reivindicações. Ressaltando a importância de o Poder Público estar sempre em diálogo com os jovens afim de construir demandas juntos, para que assim, com o terceiro setor fazer parcerias para programas e projetos. (WEISHEIMER, 2005).

Entre 2004 e 2007 foram desenvolvidos alguns programas para os jovens rurais, entre eles:

QUADRO 01 – ALGUNS PROGRAMAS PARA À JUVENTUDE RURAL ENTRE 2004 E 2007.

Programa	Ano	Ministérios/Parceiros	Objetivo
Pronaf Jovem	2004	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ²	Linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares e contempla jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.

Nossa Primeira Terra (NPT)	2004	Ministério da Defesa (MD) e MDA	Linha de financiamento especial, criada pelo governo federal dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF), com o objetivo de possibilitar aos jovens brasileiros a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural ao invés de migrarem para as grandes cidades. O financiamento visa atender a jovens sem terra, filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 24 anos que desejem adquirir uma propriedade rural.
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJov em campo) -Saberes da Terra	2005	Ministério da Educação (ME) ³	Desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores (as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade em Ensino Fundamental com qualificação profissional inicial, respeitadas as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtivas dos povos do campo.
Consórcio Social da Juventude Rural	2007	Fetraf-Sul/CUT; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e MDA.	Qualificar jovens que residem em comunidades rurais, facilitando o seu acesso ao emprego e a outras formas de geração de renda. Para participar, esses jovens devem integrar famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo e ter concluído ou estar cursando o ensino fundamental ou médio.

Fonte: Badalotti, Martinelli, Tonezer e Bottega 2017.

Devido as políticas públicas para jovens rurais serem somente pensadas para agricultura, acesso à terra, etc., é que esse processo que pode caracterizar falhas na implementação de políticas públicas. Não podemos esquecer que por ser uma área vulnerável, por não terem acesso a infraestrutura, educação de qualidade, acesso a bens e serviços, lazer etc., é importante o reconhecimento por parte do Estado nestes quesitos, afim de criar entre os jovens perspectiva de vida dentro do meio rural. Para superar a exclusão e a invisibilidade social das juventudes rurais, implica em reconhecer que ela não é simplesmente um elemento da diversidade, mas que contém, ela mesma, toda uma diversidade de tipos sociais (WEISHEIMER 2013).

3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação política é um mecanismo de iniciativa popular que permite a sociedade civil opinar, debater e operacionalizar determinadas decisões através dos canais de comunicação, redes de apoio, plebiscito, iniciativa popular e diversos mecanismos que permitam a efetivação dessas decisões que abrange diversos setores e diferentes atores sociais

na construção de políticas públicas e até mesmo sistematização de ideias e estratégias em busca de determinados objetivos e cidadania¹.

Ainda que não exista uma forma específica do que seja participação política, ela se configura em variados contextos sociais, histórico e até mesmo político, que possam consolidar a democracia em uma sociedade republicana. A visibilidade das juventudes rurais na participação política aborda uma espécie de racionalidade de forma a garantir uma série de decisões do presente e futuro de forma democrática, representativa e participativa. (CASTRO E ABROMAY, 2009)

O termo política na concepção de Ubaldo (2011) deve ser pensada como um estudo que envolve a prática de interesses destinadas a obter determinadas decisões. É uma forma de influenciar dentro das decisões políticas o destino da coletividade, e até mesmo a representação de determinados grupos:

A política passa a ser entendida, assim, como um processo através do qual interesses são levados à formulação de decisões efetivas, ou seja, decisões que realmente sejam levar à frente de maneira significativa” (UBALDO, 2011, p. 9).

Pensar a política como exercício de poder, direito ao voto, relações partidárias, etc. torna-se completamente raso, visto que o termo política é mais do que um sistema de governo. São conjunto de ações envolvidas dentro das relações sociais, incluindo direitos, deveres, cidadania e diretrizes, que o Estado, juntamente com outras instituições políticas na sociedade, inclusive com terceiro setor, busca estimular, oferecer espaços e oportunidades de participação política, garantindo liberdade de expressão e capacidades intelectuais de opinar e discutir assuntos públicos. Assim, é de extrema importância a participação política dos jovens rurais, contribuindo nas decisões que causam impactos no contexto político e social,

Sendo assim, entende-se por participação política:

O conceito de participação política, que se vincula diretamente ao de cidadania participativa, implica em cidadãos informados e engajados na comunidade, ou seja, participativos. As formas e meios pelos quais ocorre a inserção do/a jovem na vida pública são importantes para perceber se os/as jovens se associam à construção das políticas públicas que lhes são destinadas (CUNHA, 2011, p. 10)

¹ Após a separação de poderes e organização do Estado o conceito de cidadania que antes eram confundidos pelas instituições, foram separados e definidos por Marshall (1967) dentro de 3 direitos; Direito Civil, Direito Político e Direito Social. O exercício do Direito Civil é composto pelo direito da liberdade individual, direito de ir e vir, direito a justiça, etc.. O Direito Político dar-se pela participação na vida política, como direito a voto, participação nas decisões e influências de um coletivo na qual busca atingir demandas, etc... No Direito Social é atribuída a questão de tudo que venha de um direito mínimo do bem-estar-econômico e acesso a saúde, educação, cultura, lazer, turismo, etc. que permita ao indivíduo uma boa qualidade de vida. Visto que um se sobrepõe ao outro, nas gerações das juventudes rurais, é importante que conheçam esses direitos de forma a participar em sociedade de forma igualitária e equitativa, buscando-se diminuir a invisibilidade social. (Marshall,1967).

Com a democratização que ocorreu na América Latina, inclusive no Brasil, permitindo igualdade entre membros da sociedade, grupos, inclusive a liberdade de expressão, afins de permitir uma maior amplitude e legitimação da participação para todos a quem interessar, foi de fundamental relevância para descentralizar as instituições políticas, construindo novas formas de debate político entre Estado e Sociedade Civil (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009).

O conceito de participação, ainda que seja um conceito amplo e diversificado, ele varia de acordo a ideologia e da estrutura social na qual estamos inseridas. Neste sentido, participar politicamente é uma forma de satisfazer nossas necessidades humanas, individuais ou grupais, com opiniões e interesses difusos, que busque autonomia, e construa novas formas de reivindicação para atuarem de forma pacífica (BORDENAVE, 1994).

Através das experiências, conhecimentos e relações sociais que temos durante nossa trajetória de vida com outros seres humanos no nosso cotidiano, a participação política vai se concretizando tanto nos espaços formais, como a família, e instituições de educação, bem como nos espaços não formais, através da aquisição de conhecimento por meio de atividades educacionais fora da escola, como as Ongs, instituições religiosas, programas sociais públicos, que desenvolvem atividades esportivas, culturais, trocas de vivências e experiências, entre outras. Ainda que não muito explorada no nosso cotidiano acadêmico e social, os espaços não formais ocupam um lugar muito importante no nosso cenário nacional, pois através dele os jovens adquirem novos comportamentos, hábitos e valores (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009).

A Participação Cidadã da juventude, é um direito de todos que desejam tomar conhecimento, discutir, elaborar, controlar e cobrar transparências das decisões governamentais para que assim, comece a ganhar espaços e visibilidade na sociedade para discutir políticas públicas (BORDENAVE, 1994).

Para que a participação política seja concretizada, é preciso levar em conta que devido às desigualdades sociais que enfrentamos no nosso cotidiano, ela pode assumir diferentes significações e expressões. Reconhecer essas dificuldades e limitações, que podem atrapalhar o fortalecimento e aprofundamento da democracia, significa entender que a participação é uma maneira de fazer parte, tomar parte e ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública e de ações coletivas. É uma maneira do pensar coletivo prevalecer entre os esforços e união de todos os cidadãos, o Estado, e os diferentes tipos de relações sociais envolvendo interesses, aspirações, valores e os recursos disponíveis frente as heterogeneidades, solucionando os problemas enfrentados, levando em conta os interesses gerais, coletivos e públicos,

principalmente em uma sociedade dominada pelo individualismo, particularismo e fragmentação entre as partes como todo (TEIXEIRA, 1997).

Ao falarmos em atuação e participação política das juventudes no Brasil, a partir da redemocratização, podemos lembrar da atuação no Movimento Diretas já em 1985, o impeachment de Collor em 1992, tendo o movimento caracterizado como os cara-pintadas, Mobilização pelo CONJUVE, Estatuto da juventude início dos anos 2000, entre outros. Iniciou-se uma luta na busca de uma sociedade justa e igualitária, com diversos avanços no campo jurídico, político, social e cultural como valores centrais na sociedade, emergindo protagonismo juvenis.

Os jovens ultimamente não aceitam mais o que são designados e isso pode ocorrer de diversas maneiras, permanência da ordem social estabelecida, cumprimento de normas e procedimentos dentro da família, instituições políticas que não dialogam, escolas que não estimula e prepara, ausência de políticas públicas, enfim, uma série de fatores que fazem com que eles comecem a se reconstruir dentro de suas próprias experiências e territórios, buscando modificar ou reestruturar o que eles presenciam, o que de certo de modo começa a afetar instituições, famílias, e coletivos

Aos jovens caberia uma nova elaboração, não institucionalizada, da conjuntura crítica por intermédio de ações de enfrentamento à ordem estabelecida, tarefa de grande envergadura, especialmente se considerarmos a “incipiência histórica” do ser jovem e os constrangimentos típicos da condição juvenil” (CARRANO, 2012, p. 91).

Como as juventudes passaram a ganhar visibilidade através de novos sujeitos e grupos juvenis, com visões e interesses distintos, mas que pudessem ser unificados, a importância da participação dos jovens passou-se a se tornar uma importante ferramenta na construção de diversos fatores que pudessem atrapalhar, ou estigmatizar esses seguimentos, a exemplo do plano da cultura, do lazer, do cotidiano, da vida comunitária, da vida estudantil que passaram a preocupar e afetar esses jovens:

Além do desemprego e da dificuldade de estruturar perspectivas positivas de vida, a necessidade de lidar com novas formas de exclusão material e simbólica, com a violência cotidiana e sempre tão próxima; as possibilidades de circular pelo espaço urbano e conquistar espaços para vivenciar formas próprias de diversão e expressão; a importância de construir identidades pessoais e coletivas no cruzamento da homogeneização e fragmentação reinantes; a busca de desenvolver uma ética pessoal frente aos novos imperativos de sucesso e prazer, com os desafios de poder viver experimentações e situações de prazer preservando sua integridade física e mental (ABRAMO, 2005, p. 27).

Passou-se a entender a emergência de novas necessidades e a importância da participação política dos jovens nos espaços públicos, para que assim, passem a se auto reconhecer como uma categoria social na qual ele se identifica, influenciando nas escolhas dos espaços pelos quais eles se inserem e participam.

Como a juventude rural veio ganhando mais visibilidade a partir de meados da década de 90, o debate sobre a participação política juvenil, tornou-se presente tanto na literatura nacional como internacional. Deste modo, Boghossian e Minayo (2019), enfatizam que a participação juvenil se configura através de duas percepções distintas; a de que os jovens não participam, e a de que os jovens participam numa nova perspectiva. A vivência no cotidiano, vão dando lugar para socialização e integração dos jovens no cenário político e social com novas demandas.

Alguns autores nacionais e de língua inglesa, apontam que a formação e estímulo da participação, deve acontecer através dos espaços de educação, como as escolas, Ongs, programas públicos, etc. que desenvolvem atividades socioeducativas, no sentido de permitir mudanças significativas no direito da participação da juventude. Além de educar e ampliar o seu capital político e humano, criam formas de conscientização de direitos, deveres, e condições mínimas que permita a inclusão, participação e garantia da democracia (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009).

Dentro dessa perspectiva Bordenave (1994) caracteriza como um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder e, ao mesmo tempo, como uma necessidade humana fundamental, passando a ser compreendida como um direito de todos.

Isso podemos observar nas novas formas de inserção de juventudes nos espaços públicos, tendo como destaque a presença dos jovens de periferia nas cenas públicas, quebrando uma visão homogeneizada de que a periferia seria um espaço de violência, para a concepção de uma identidade relacionada a estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos de parcela significativa de jovens que apresentam voz ativa no espaço público (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009).

Passaram a surgir influências em manifestações culturais, como o funk, punk, e movimento hip hop, que inclusive, trouxe expressões como o rap e o break, e inserção e formação de grupos juvenis em diversos setores da nossa sociedade.

3.4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE RURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Com a conquista do direito a participação política, institucionalização das conquistas dos movimentos sociais, e ampliação dos mecanismos de participação que a juventude rural começou a ganhar a partir de meados da década de 90, a participação política foi assumindo diferentes significados, relacionados a multiplicidade de interesses e preferências em novos temas contemporâneos, questões políticas e sociais, ampliando as discussões e inserção de representantes nessas pautas, surgindo novos atores sociais e políticos para contribuir, avaliar e desenvolver políticas públicas em determinados seguimentos.

Vários fatores foram de fundamental importância para se colocar como urgência a participação política da juventude rural na sociedade. As organizações internacionais, governos, universidades e entidades da sociedade civil, passaram atuar de forma ativa, tentando identificar os entraves e buscando novas formas de inserção e envolvimento dos jovens rurais nas formulações, elaborações, controle, avaliação e diagnósticos de realidades existentes, para que assim, organizassem e causassem impactos positivos nas políticas públicas implementadas. (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009).

A participação política da juventude rural ganhou importância, visibilidade e resistência a partir de meados da década de 90, quando diversas manifestações feitas através de movimentos sociais, a exemplo do MST, e demais movimentos, começaram a se organizar devido a dispersão de pautas para essa categoria com intenção de organizar políticas públicas, ganhando importância e buscando a inclusão dessa categoria nas agendas, para que a participação política começasse a ter um significado político. Além dos assuntos sobre a questão agrícola, foram surgindo outros temas emergentes que os jovens rurais pudessem participar, como artesanato, turismo rural, cooperativismo entre outras (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009).

É possível encontrar em Teixeira (1997) que a participação política na contemporaneidade é definida em seis tipos: eleitoral, envolvendo também atividades partidárias; participação dos movimentos sociais, tendo em vista efetivação de direitos; ação comunitária, de caráter autogestionário, auto-ajuda e cooperação voluntária; participação manipulada por governos, visando ao controle e antecipação de demandas populares; participação como controle dos recursos e instituições estatais por parte de organizações populares; participação nas estruturas governamentais de decisão. Dependendo do objetivo, interesses de lideranças políticas empresariais, religiosas, ambientais etc., e contexto que os

jovens estão inseridos, essas formas de participação podem e não podem apresentar valor simbólico e político.

O Estatuto da juventude além de garantir o direito à participação política e social dos jovens rurais em seu capítulo II, ele assegura outros direitos como: I- A inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais; II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; III – a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e IV- a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Entender a participação política como uma interação de atores políticos com interesses diversos, complexos e contraditórios, é fundamental para compreender as diversas formas e espaços de participação, sendo ela direta voltada para as estruturas políticas, limitações de participantes e discussão de políticas globais a um nível macro participativo, e indireta que dá maior atenção ao ator individual e às condições pessoais ou de ambientes que favorecem ou dificultam a participação, denominadas assim em uma micro participação (TEIXEIRA, 1997).

Se referindo aos jovens rurais, essas duas formas são de suma importância, além de uma se sobrepor a outra, fortalece a democracia e as relações sociais, diminuindo a invisibilidade social e desigualdades sociais que esse grupo geracional enfrenta, gerando grau de confiança e aproximação desses jovens com lideranças políticas, debatendo assuntos públicos e sociais no cotidiano, assegurando políticas públicas mais efetivas (TEIXEIRA, 1997).

Teixeira (1997), relata que ainda que experiências de participação política direta sejam importantes do ponto de vista do fortalecimento de identidades e como elementos pedagógicos para criação de alternativas político-sociais, não têm condições de se viabilizar de forma permanente e extensiva na sociedade contemporânea face à heterogeneidade de interesses e à complexidade das interações sociais. É preciso compreender as multidimensionalidades de tempo, espaços, diferenciação nas condições de vida e a cultura política, para que assim, as discussões sejam mais descentralizadas e aproximadas de acordo a realidade social existente.

A compreensão da participação política dos jovens rurais pode ser considerada de forma individual quando jovem participa falando, cobrando responsabilidades, escrevendo, discutindo etc; e de forma coletiva através de grupos com objetivos definidos e disposição para trabalharem em âmbito social, ambos favorecendo o uso de tecnologias, ampliando o capital social, e garantindo o desenvolvimento econômico e social. (CASTRO E ABROMAY, 2009).

Várias hipóteses do que venha a compreender o espaço do jovem rural na participação política foi se ampliando no debate acadêmico e social. Foram sendo reconhecidas novas formas de participação política dos jovens como o lugar da cultura, agrupamentos em torno de novas temáticas, uso de internet, redes sociais etc. (CARRANO, 2012).

Essas novas formas de inserção social ampliou as relações políticas na sociedade, permitindo mudanças nos regimes políticos e o reconhecimento das diversidades de atores juvenis e diferentes espaços de participação. É importante compreender como as atuações desses grupos continuam sendo praticadas e como esses seguimentos populacionais estão sendo ouvidos e articulados, fortalecendo a formação de identidades e o reconhecimento das diversidades de movimentos como: os movimentos feministas, estudantis, indígenas, trabalhadores sem teto, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, etc, e como se articula, participa e ocupa os variados espaços de participação, para que assim, percebam os benefícios e inovações nos espaços de investigação, seu reconhecimento como sujeito, de construção e efetivação de direitos e respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado, em prol de uma sociedade inclusiva com igualdade de condições para todos.

Além da atuação através da militância estudantil, partidária e sindical, a participação política dos jovens rurais em determinados grupos sociais é uma maneira de reivindicar as carências e expressão das situações insustentáveis de determinadas classes sociais e seus territórios, aumentando a eficácia e abrangência das ações públicas, e a capacidade desses movimentos de articular e garantir direitos sociais perante seus interesses, frente às desigualdades presenciadas, que na maioria das vezes é acompanhada da exclusão social, e pela não visibilidade por parte do Estado a esses grupos como sujeitos de direitos, fortalecendo a mobilização, ocupação dos espaços públicos e construção de estratégias entre os diversos setores populacionais, que ficam de fora do sistema político, econômico e social, para cobrar ações mais efetivas e estabelecer determinados consensos. (CARRANO, 2012).

Diante disto, é fundamental fazer com que os jovens se interessem pela participação política, além de ser um processo de conversação, negociação, diversidade de interesses, legitimidade e reconhecimento das pluralidades no desenho das políticas públicas, contribui para a sua constituição de cidadania, fazendo com que os jovens além de buscarem seus direitos, reconheçam os seus deveres dentro da sociedade, para que possam participar como um todo na sociedade, principalmente no levantamento de demandas a partir da sua realidade social que possa acarretar em mudanças, transformações e costumes:

Uma boa medida para aferir a qualidade de um processo de participação juvenil não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou daquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até onde esses como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação do sentido de influenciar decisões” (CARRANO, 2012, p. 88).

É fundamental pensar a atuação da juventude rural fora dos espaços institucionais. É uma maneira de aproximar esses jovens para a prática da participação política, sendo que, na maioria das vezes os jovens se interessam mais pelas causas com impacto direto em suas comunidades ou em grupos identitários como exemplo de minorias sociais, defesa do meio ambiente, atividades voluntárias, atos pela paz entre outros, do que em políticas de instituições. As ações coletivas fora das instituições acaba permitindo o jovem controlar os processos de decisão, acarretando em interesses e busca de ferramentas necessárias para transformação, inovação e participação.

A participação política dos jovens rurais em problemas que eles podem enfrentar no cotidiano como dificuldades de transporte, educação mais inclusiva, melhores condições no acesso à saúde, eventos culturais, emprego, qualificação profissional etc.. além de ser uma reconfiguração e resistência aos conflitos e tensões no âmbito do sistema, é uma forma de o jovem resolver problemas sociais na conjuntura social emergindo protagonismo juvenil, buscando a transformação social e sua formação integral de forma consciente e articulada:

O protagonismo juvenil ele se diferencia, por articular dimensões fundamentais da participação juvenil numa perspectiva ampliada, além de englobar a interação entre adultos e jovens no processo de construção da autonomia. Refere-se a uma dimensão subjetiva, presente da proposta de formação do jovem para valores democráticos e solidários, de maneira articulada a uma dimensão mais objetiva, preconizada na ação individual ou coletiva sobre problemas sociais concretos” (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009, p. 416).

É através da participação política e do protagonismo juvenil que os jovens rurais vão conquistando mecanismos de escutas, permitindo a criação de espaços que possa garantir sua cidadania, consciência política e formação integral na sociedade.

Vale ressaltar, que devido as escadas de participação encontradas em (ARNSTEIN, 2002) o baixo capital político do jovem rural pode trazer determinadas consequências como a não participação, o baixo protagonismo juvenil, o desinteresse em ocupar os espaços públicos para exercer mecanismos de controle e fiscalização das ações públicas, sendo alvo de participações manipuladas, simbólicas e decorativas, ocorrendo manipulações de ideias e discursos pelas lideranças políticas nas decisões, fazendo com que os jovens não tenha influência política através de sua opinião, podendo caracterizar uma não participação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Com a finalidade é de compreender como se dá a participação política da juventude rural no município de Cachoeira-BA, a abordagem de pesquisa utilizada é qualitativa e descritiva, analisando e descrevendo os dados coletados de maneira contextual, com a realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Através da coleta e análise de dados neste tipo de pesquisa, podemos descrever de forma detalhada e interpretada os diferentes elementos que envolve a pesquisa (DEIZIN e LICONL, 2006).

4.2 OBJETO DE ANÁLISE

Cachoeira é um município no estado da Bahia que se situa às margens do Rio Paraguaçu. Distante a cerca de 120 km da capital do estado, Salvador, e conforme as estimativas do senso demográfico de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a cidade conta com aproximadamente 33.861 habitantes (IBGE, 2018).

O município foi palco de muitas lutas que viessem favorecer a importância cultural dentro do contexto político e social, passando a ser chamada de Cidade Histórica e Monumento Nacional. O Recôncavo Baiano, que começava a ser explorado, possuía terras propícias a essa cultura, sendo, portanto, escolhido para a instalação dos primeiros engenhos. Dentro de alguns marcos históricos ocorridos no município, podemos destacar o 25 de junho de 1822, quando a cidade já declarava D. Pedro I como regente, favorecendo o Grito do Ipiranga, dando continuidade com o 2 de julho de 1923 consolidando a Independência do Brasil. A cidade, rica de uma cultura bastante importante, possui pontos turísticos atraentes e bonitos, como o Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo, Irmandade da Boa Morte, Casa de Câmara e cadeia pública, Ponte Dom Pedro II, entre outros. Como munícipes ilustres e de muitas lutas, podemos destacar Dona Dalva Damiana de Freitas (charuteira, e líder do Grupo de samba de roda

Suerdick), Manoel Tranquilino Bastos, (maestro e instrumentista), assim como outros. (IBGE CIDADES)

A juventude rural no Brasil compõe 4,5% da população o que significa pouco mais de 8 milhões de indivíduos. Sendo que essa definição corresponde à faixa etária de 15 a 29 anos. (KUMMER e COLOGNESE, 2013).

Conforme as definições do IBGE o espaço rural é tido como oposição ao urbano, isto é, é rural o que não apresenta características urbanas. Baseia-se em três características fundamentais: “o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive o acesso a ocupações não agrícolas” (WANDERLEY, 2007, p. 23 APUD KUMMER e COLOGNESE p. 2009).

No município existem vários distritos rurais, entre eles Capoeiruçu, Murutuba, Belém da Cachoeira, Alecrim, Tupim, Saco, entre outros. As disparidades enfrentadas nesses diferentes distritos, oriundas de difícil acesso a determinados bens e serviços, direitos sociais, políticos, ambientais e econômicos, além de dificultar o desenvolvimento pessoal desses jovens, implica em uma série de limitações e desafios para inclui-los em políticas públicas, e que favoreça o debate e o equilíbrio nas relações de poderes, enquanto grupos e representantes existentes no município.

Os jovens e os moradores residentes nesses distritos possuem fácil acesso as praças públicas, quadras poliesportivas, associações de bairros, postos de saúde, mercadinhos existentes nesses territórios. Ainda assim, enfrentam algumas dificuldades, como acesso a bens e serviços mais especializados, que na maioria das vezes, no ambiente rural não é oferecido, fazendo com que a maioria dos moradores, inclusive os jovens, se desloquem para o centro urbano do município e dos municípios vizinhos, para garantir suas necessidades humanas. O tempo para chegar até a área urbana do município varia de acordo ao distrito que esses jovens residem.

Pode-se notar uma constante migração entre esses jovens para diferentes contextos urbanos, e até mesmo para o centro do município inclusive em questões educacionais, que a maioria desses jovens se deslocam até a sede urbana para terem acesso ao ensino médio que é ofertado pelo CEC - Colégio Estadual da Cachoeira.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram identificados 5 jovens rurais de diferentes distritos do município de Cachoeira. De início, a proposta de entrevista era com 8 jovens, porém devido a recusa de alguns para participarem, ficou mantido 5 jovens. O critério de seleção desses indivíduos foi de livre escolha, e de acordo ao interesse e disponibilidade em participarem da

entrevista, a fim de trazer informações para chegar ao objetivo proposto neste trabalho. Após o repasse de informações referentes à pesquisa, e por questões éticas, a coleta de dados só foi iniciada após autorização dos entrevistados. Para preservação e sigilo dos participantes, eles estão identificados por entrevistado A, B, C, D e E. Foi informado durante o levantamento de dados, que qualquer dúvida referente à pesquisa, eles poderiam entrar em contato comigo para sanar dúvidas, ou obterem maiores informações através do e-mail do autor do trabalho.

4.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para chegar até a coleta de dados, foi feita fundamentação teórica, com o intuito de reforçar as abordagens aqui escolhidas. Utilizou-se a técnica da bola de neve, aquela que o entrevistado indica outros participantes que possam contribuir com informações necessárias referente ao tema que está sendo pesquisado, auxiliando no desenvolvimento da pesquisa. Foi realizada entrevista semiestruturada disponível no apêndice 2, a fim de alcançar o objetivo desta pesquisa. Após a assinatura do termo de consentimento e esclarecimento disponível no apêndice 1 desse trabalho, iniciaram-se as entrevistas.

As entrevistas foram agendadas e gravadas pelo meu celular, transcritas e analisadas no mês de agosto de 2021. Foram feitas 3 entrevistas online, e 2 presenciais. A duração das entrevistas foi em torno de 17 minutos. Devido as dificuldades dos entrevistados em compreender o assunto, fiz determinados esclarecimentos, para que assim, pudesse extrair respostas que permitisse uma diversificação de informações nos dados coletados. O roteiro de entrevistas continha 5 perguntas, iniciando pela apresentação dos participantes, até o que ele pensa sobre o envolvimento dos jovens rurais na participação política. A partir das informações recebidas, foram feitas leituras flutuantes diversas vezes, surgindo assim, categorias analíticas, sendo representadas neste trabalho nos resultados, em formas de figuras, de forma sintetizada com os aspectos identificados, no intuito de enriquecer a pesquisa, e entender o contexto que esses jovens estão inseridos, analisando determinadas questões sociais existentes. Posteriormente foram feitas as análises, identificando trechos relevantes que enseja na compreensão do objeto da pesquisa, alinhando a fundamentação teórica com a interpretação desses dados, apresentando a características dos entrevistados sintetizadas no Quadro 01.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Serão apresentados os resultados dessa pesquisa começando pela caracterização do perfil de entrevistados.

QUADRO 2: CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS NOS DISTRITOS RURAIS DE CACHOEIRA – BA.

Entrevistado	Idade	Sexo	Distrito rural	Escolaridade	Profissão	Estado Civil
E-A	25	F	Saco	Médio completo	Desempregada	Solteira
E-B	25	M	Tupim	Superior completo	Assistente jurídico	Solteiro
E-C	26	M	São Tiago do Iguape	Superior completo	Desempregada	Solteiro
E-D	28	F	São Francisco do Paraguaçu	Superior Completo	Desempregada	Solteira
E-E	20	M	Tabuleiro da vitória	Superior completo	Desempregada	Solteiro

Fonte: Elaboração Própria.

Conforme o quadro 2, três sujeitos são do sexo masculino e dois do sexo feminino. Quatro entrevistados possuem formação a nível superior, e um no ensino médio completo. Somente dois entrevistados se envolvem em atividades políticas no seu distrito de forma ativa, através de associações. Como os critérios de seleção foram de livre escolha, as indicações que os entrevistados foram fazendo para ter acesso a outros sujeitos, fizeram com que a maioria do público alvo selecionado fosse de ensino superior. Foram localizados 6 jovens estudantes do ensino médio, porém, apenas 1 aceitou participar. A faixa etária está de acordo as definições de juventude, 15 a 29 anos, podendo ser considerados na classificação de jovem-adultos.

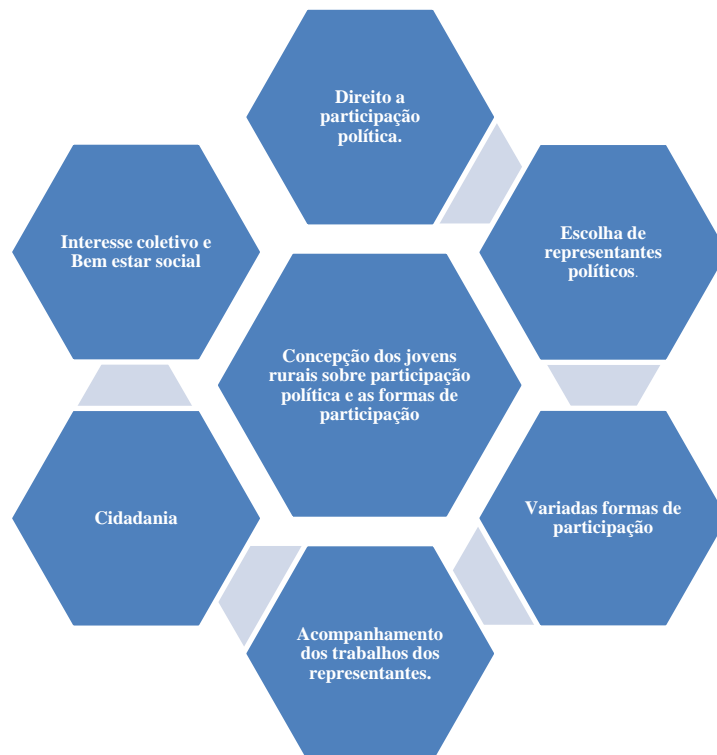
A partir dos materiais coletados e leitura inicial das entrevistas surgiram três categorias analíticas. 1. Concepção dos jovens rurais sobre a Participação Política e as formas de participação. 2. Juventude Rural de Cachoeira nos espaços públicos de participação 3. Jovens Rurais como agentes de transformação social e político no distrito rural e município de Cachoeira.

A seguir apresento os principais aspectos identificados dessas categorias em forma de figuras, que foram definidas através da pesquisa deste trabalho de conclusão de curso.

5.1 CONCEPÇÃO DOS JOVENS RURAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Para uma sociedade com um nível de participação política elevada, é necessária a compreensão do que seja participação política e as suas diversas formas de participação, que de forma direta ou indireta, amplia a politização, inclusão e discussão de pautas públicas, que através das decisões políticas influenciam nos rumos e melhorias para coletividade, envolvendo a sociedade e as instituições políticas nas relações de poderes como um todo, de forma democrática, inclusiva, descentralizada e participativa nas esferas municipal, estadual e federal.

FIGURA 1: CONCEPÇÃO DOS JOVENS RURAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO.



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o entendimento dos jovens entrevistados em relação ao que seja participação política:

Eu entendo que a participação política é participar de reuniões com autoridades, dando nossa opinião sobre o que a gente pensa'.
(ENTREVISTADO A)

Participação política, para mim, é uma maneira da população expressar sua opinião e de participar das decisões políticas e sociais e

até mesmo econômicas. Uma forma de comunicação entre a população e os gestores” (ENTREVISTADO B)

A participação política eu vejo como uma importante ferramenta do Estado democrático de direito. É por meio dela que podemos assegurar que as demandas sejam vistas como um problema de pública relevância”. (ENTREVISTADO C)

Então, o que eu entendo por participação política, é um direito né, na verdade a participação política tem a ver com esse conceito, o da cidadania, de você discutir sobre cidadania, sobre os direitos que os cidadãos tenham a reivindicar tanto ao Estado como a prefeitura daqui uma forma de mobilização social né, afirmar sua bandeira de luta perante a sociedade. É a liberdade de reivindicar, acompanhar e argumentar”. (ENTREVISTADO D)

Geralmente quando fala em participação política já atrelamos a política local, e tal. Mas no meu ver, a participação política vai começar do comunitário, que vai ser a organização social dessas pessoas em busca de interesses que venha beneficiar a todos, que no meu caso, seria o grupo aqui da comunidade do tabuleiro, em especial os quilombolas daqui. Então, para mim a participação política é isso. E é o que a gente vem fazendo aqui na comunidade” (ENTREVISTADO E).

O conceito de participação política, além de amplo, envolve relações multifacetadas de poderes entre atores diferenciados por suas identidades, interesses e valores que se expressam por várias formas, conforme suas capacidades e condições objetivas do regime político em que estão inseridos. As condições estruturais, a diferenciação social e o nível de envolvimento dos jovens sejam por mobilizações, movimentos sociais, associações, etc. é que vão definir a forma de articulação e estratégias necessárias para favorecer um debate favorável nas relações políticas entre o Estado e a Sociedade Civil. (TEIXEIRA, 1997).

Entender a juventude rural como um ator político e sujeito de direitos, que na maioria das vezes, são classificados como um grupo vulnerável e invisíveis perante o poder público e a sociedade, envolve uma série de desafios, inclusive para aproximar e realizar abertura desses espaços para discussões políticas. Deste modo, para os jovens rurais adquirirem poder político nessas práticas participativas, é envolvido uma série de fatores como recursos disponíveis nos espaços públicos, para fazer valer seus interesses, necessidades e valores, pressionando o Estado para ganhar visibilidade, construir identidades e fortalecer sua autoafirmação coletiva.

Em suma, percebe-se que os entrevistados atrelam o entendimento sobre participação política à ideia de expressar opiniões, e exercerem influência em diversas decisões políticas, econômicas, sociais e até mesmo locais, de forma subjetiva através da inserção e discussão nos processos políticos como uma forma de garantir uma maior adesão e legitimidade nas decisões.

Para as decisões políticas serem operacionalizadas em forma de políticas públicas que atinjam esse grupo geracional, ela passa por uma série de discussões entre os atores políticos que participam do ciclo da política pública (agenda, formulação, implementação, avaliação) a níveis estadual, federal e municipal.

No caso do âmbito municipal, é importante lideranças juvenis rurais nesse processo, auxiliando nas discussões e aproximando representantes políticos locais, organizações do terceiro setor, no intuito de articular, buscar soluções e assegurar desenvolvimento no distrito que residem, além de acompanhar as ações públicas, exercendo cidadania e gozando dos direitos que lhe são assegurados, despertando interesses e novas perspectivas de vida e vivências nesses jovens.

Sobre as formas de participação política os entrevistados atrelaram a diversos mecanismos:

As formas de participação política que eu conheço, é participação em enquetes, votos reuniões com minha comunidade, entrevistas em rádio, conferências que já participei na faculdade de minha irmã, tudo isso acho que faz parte, é o que eu penso que seja (ENTREVISTADO A).

Eu entendo, que seria o voto, participação em grupos temáticos, sempre opinar em ouvidoria pública, movimentos coletivos (ENTREVISTADO B).

Como a minha formação em Gestão Pública é multidisciplinar, eu pude conhecer alguns tipos de participação política: ongs, associações, conselhos temáticos, audiências públicas, redes sociais etc. ou seja, há um leque de opções, mas o importante é participar e exercer o seu direito como cidadão (ENTREVISTADO C).

As formas de participação política que eu conheço é o direito ao voto né, o direito de participar e estar nos espaços públicos de decisão, a câmara de vereadores, as escolas é um espaço político para gente, assim como a nossa organização do conselho quilombola, através dessas formas de participação que discutimos e debatemos nossas ideias (ENTREVISTADO D).

As formas de participação política eu entendo como o legislativo, o executivo e a questão do voto (ENTREVISTADO E).

Os entrevistados compreendem algumas formas de participação política, tanto pelo lado institucional como o não institucional. Os jovens têm uma ideia do que seja a participação política, e algumas formas de participação, mas não têm um engajamento suficiente sobre essa diversidade de atuações que permita discussão das políticas públicas que lhe são destinadas. Durante as entrevistas, pude perceber que eles tiveram segurança em afirmar que a participação política era somente por meio do voto.

Teixeira (1997) depreende que o fenômeno da participação política é bastante complexo e não pode ser reduzido a um mero ato eleitoral, episódico, individual, atomizado, mesmo que

possa ter efeito aparentemente decisório. É um processo contraditório, o que envolve uma relação multifacetada de poder entre atores diferenciados por suas identidades, interesses, valores que se expressam por várias formas, conforme suas capacidades e condições objetivas do regime político em que estão inseridos. Essa contradição pode ser notada nas heterogeneidades de juventudes, que envolve diversas ações de interesses coletivos, com novas maneiras de atuação no cotidiano.

Apenas 1 entrevistado citou as escolas como uma forma de participação política, sendo que, as escolas é um espaço de educação política formal de muita importância para a sociedade, auxiliando no processo interdisciplinar, estimulando o conhecimento e o pensamento crítico, estruturando as relações sociais entre os sujeitos, a troca de saberes e o exercício da cidadania participativa, assegurando valores emancipatórios e libertadores.

Dentro das variadas formas de participação política, ela é fundamental e importante para juventude rural na nossa sociedade, é uma maneira de potencializar as ações comunicativas, oferecendo condições necessárias que permitam que os jovens rurais enquanto coletivo, desenvolvam ações que possam efetivar a democracia e garantir políticas públicas nas relações com o Estado e Sociedade Civil, interferindo, interagindo e influenciando na construção de um senso de ordenação pública, de forma equitativa e de justiça.

5.2 JUVENTUDE RURAL DE CACHOEIRA E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO

Se o espaço público é um local que todos podem ter acesso para formular opiniões públicas, a abertura e ocupação desses espaços nos distritos e no município; é de fundamental importância para estimular e debater assuntos políticos. Além de fazer valer seus interesses, aspirações e valores, eles constroem identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações, buscando diálogos mais transparentes, estimulando a participação e o envolvimento dos jovens nesses espaços. Quanto mais espaços públicos tiverem para os jovens rurais participarem, opinarem e terem voz, as decisões serão tomadas de forma racionalizada, efetiva, democrática e legitimada.

FIGURA 2: ASPECTOS DA CATEGORIA JUVENTUDE RURAL DE CACHOEIRA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO.



Fonte: Elaboração própria.

Questionados sobre a importância e o entendimento do que seriam espaços públicos de participação, e se eles participavam desses espaços no município, alguns nem sabiam o que era isso, outros associaram que o espaço público se dava através dos lugares que eles ocupam para participarem das reuniões nas associações, movimentos e coletivos:

Eu não sei o que é espaço público (ENTREVISTADO A).

O espaço público é onde todos participam (ENTREVISTADO B).

Esse espaço é onde podemos ser ouvidos. Meu pai participa das reuniões das associações aqui da comunidade e sei como funciona, ele, assim como os demais moradores raramente utilizam e sabem da existência desse espaço público para discutir as problemáticas da comunidade. Então eu considero esse espaço que os moradores utilizam como público sim (ENTREVISTADO C).

Espaço público eu entendo como um lugar que a gente tem para dar voz a nossas demandas. Quando fazemos reuniões dos nossos movimentos e da associação na rua, eu entendo como um espaço público e político, porque além de garantir que todos participem, é uma forma de aproximação da comunidade com os representantes (ENTREVISTADO D).

Um espaço onde todos possam contribuir com algo, seja uma opinião, uma ajuda, corpo a corpo, enfim, como participamos aqui no tabuleiro eu considero que o lugar onde a associação fica é um espaço público sim (ENTREVISTADO E).

Minayo e Boghossian (2009) afirmam que a legitimação das políticas de juventude e dos espaços de garantia de direitos depende da adesão dos jovens de diferentes segmentos sociais e da qualidade de sua participação. Desta forma, é necessário a abertura de espaços públicos, permitindo que os jovens sejam construtor de mudanças ou até mesmo modificador das normas, regras, etc. existentes na sociedade. Devido a diversidade de juventudes rurais, dentro dos distritos que eles vivem, no geral, é um pouco difícil esses jovens encontrarem espaços para diálogos que permitam a construção de estruturas ou ocasiões de participação política.

Borges & Sebastião, 2013. p. 6635 estima que os jovens da área rural pouco participam das decisões e espaços de discussão comunitária devido praticamente inexistência destes espaços no meio rural. Além disso, percebe-se de uma forma geral, que poucas são alterações na rotina das suas propriedades e das suas comunidades, com vistas ao desenvolvimento sustentável, principalmente porque se sentem incompreendidos e coagidos por diversos fatores sociais e familiares que acabam por inibi-los.

Weisheimer, 2013, p. 23 relata que não é exagero dizer que os jovens rurais não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos, com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, estigma, marginalidade e exclusão.

Todos os entrevistados sinalizaram interesse em participar dos espaços políticos e públicos do município para promover discussões políticas. Dois participantes sinalizaram a câmara de vereadores como um espaço público democrático e que merece ser ocupado pela comunidade, como forma de chamar atenção dos governantes na esfera legislativa municipal, porém não tem muita frequência nem experiências nesses espaços, dificultando o controle e fiscalização das ações públicas no município.

Contudo, o baixo conhecimento de que podem acessar esses espaços e a pouca articulação política, podem impactar nos processos de decisões acerca de quais as informações a serem divulgadas, objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, assim como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis. Para que assim, sejam incluídas discussões políticas e econômicas, colaborando no diálogo entre os jovens e representantes políticos no município para que assim possam trabalhar de forma coordenada e planejada em prol do bem-estar coletivo (ARNSTEIN, 2002).

5.3 JOVENS RURAIS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA E NO DISTRITO RURAL

Na categoria da juventude como agentes de transformação social, os jovens acreditam em uma nova concepção de vida, que se dá pelas influências, entrada e envolvimento nas atividades políticas e sociais no município, através de espaços políticos não institucionalizados, como as associações, grupos, movimentos, sendo uma importante ferramenta no processo de comunicação, interação, mobilização social e educação política não formal, já que, na maioria das vezes, os espaços institucionais não atende as necessidades dos jovens, afastando eles desses espaços. A percepção de injustiça e desigualdades faz com que os jovens se organizem fora do âmbito institucional, como uma forma de combater e resistir as diminuições, exclusão social, e ausência de políticas públicas.

FIGURA 3: ASPECTOS DA CATEGORIA JOVENS RURAIS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICO NO DISTRITO RURAL E MUNICÍPIO DE CACHOEIRA.



Fonte: Elaboração própria.

Assim, esse tipo de participação favorece o surgimento de protagonismo juvenis. O imediatismo, decorrente da globalização que acelerou a modernização das sociedades modernas, surgiu variados modelos de viver e vivenciar a juventude rural na sociedade

contemporânea, fazendo com que as desigualdades sociais aumentassem e ao mesmo tempo excluísse jovens com menor formação educacional, restringindo o seu poder de participação, e sendo alvo de políticas públicas já intencionadas.

Abramo (1997) ressalta que as políticas e programas de juventude necessitam considerar, como eixos estratégicos, a visibilização positiva dos jovens e a sua participação, abandonando o adultocentrismo, tendo presentes as diversas situações de exclusão. Essa visibilidade pode ser notada pelas identidades coletivas através de parâmetros ético-existenciais, permitindo inovações nos espaços de investigação e militância dos jovens sem desconsiderar o lado socioeconômico.

Busca-se colocar que essa via de mudança através da juventude rural levantando demandas, precisa ser encarada e compreendida como variações positivas na interação social e no fazer político dos jovens rurais, sempre respeitando a diversidade de juventudes, para que assim, tenham estratégias e flexibilidade nas mudanças e uma maior participação de todos.

Olha, eu vejo a nossa organização enquanto jovens, como uma maneira da gente conseguir resolver problemas que possam melhorar a situação da gente aqui no saco, principalmente dos jovens como eu. Não tenho conhecimento se existe algum grupo ou movimento no meu município, nem aqui onde moro que eu possa participar. Se eu soubesse que existia eu iria participar sim, com certeza as coisas iam mudar. Falta estímulo para gente aqui (ENTREVISTADO A).

Temos vários problemas aqui no distrito do Tupim. Temos dificuldade de acesso a tudo, temos que nos deslocar para a sede ou até outras cidades para conseguir comprar ou fazer as coisas. Se os moradores aqui se organizassem, conseguiríamos reivindicar, e conseguir determinados objetivos, mais além de não nos articularmos, não temos um incentivo (ENTREVISTADO B).

Não há a menor possibilidade de se sanar ou amenizar os problemas públicos que afligem os cidadãos não só da minha zona rural como de todas, senão houver participação popular. Creio e defendo que grupos organizados são a melhor alternativa para que tenhamos voz. E com certeza a minha participação juntamente com outros moradores da comunidade surtiria mais efeito na hora de discutir e propor mudanças com os vereadores da região. Eu vejo como uma necessidade imediata (ENTREVISTADO C).

Uma das coisas que a gente observa é que as políticas públicas que chegam a quem aqui é sem a gente interferir. Aqui mesmo construíram praças, quadras, mais já chega e faz. Isso acho triste, porque precisamos decidir através da nossa vivência, expressando nossas opiniões, para que assim, seja uma forma de motivar o envolvimento dos jovens aqui da comunidade nas questões políticas e sociais daqui do distrito e até mesmo do município como um todo (ENTREVISTADO D)

Eu vejo minha participação como incentivo a outras pessoas em participarem da associação, tudo que a gente precisa aqui na comunidade é através da associação que conseguimos. Tomamos isso como uma forma de melhoria na comunidade. Agora mesmo ganhamos um projeto da Bahia produtiva, as pessoas vão ganhar instrumentos para implementar esse projeto, auxiliando no desenvolvimento agrário e na produção

de mandioca, e fora outras coisas que já chegaram aqui. Então, acho que a melhoria da comunidade começa assim, participando (ENTREVISTADO E).

Nota-se, portanto, que de todos os participantes, apenas os entrevistados D e E participam de movimentos e grupos políticos no seu distrito, mais o interesse em participar e debater assuntos políticos da sua comunidade e do município de Cachoeira, ainda assim é sinalizado pelos outros entrevistados. Nenhum deles participa do conselho de juventude no município, nem das conferências realizadas. Outro fator relevante para ser levado em conta, é que os jovens que se envolvem nas causas dos seus distritos tem ensino superior, o que de certa forma acaba detendo maior conhecimento sobre os direcionamentos das ações públicas, ficando mais fácil controlar e fiscalizar todo o cumprimento do orçamento público, normas e regras na administração pública municipal, e ainda assim motivar os jovens menos escolarizados na busca de empoderamento e capacidade de compreender questões da política contemporânea.

Ainda assim, a presença dos moradores e dos jovens que mora nesse distrito é baixa, eles não se sentem preparados para ocupar e debater, e não têm ideia da importância que esses espaços participativos possuem na vida deles. Contribuindo nesses espaços, além de adquirir experiência, eles ampliam a consciência política, evitando que o poder público use práticas clientelistas.

A partir do momento que os jovens rurais começam o seu fazer político dentro da sua comunidade, as chances de aumentar o engajamento e a aproximação da comunidade para participar de uma maneira mais ativa, as decisões serão tomadas de forma mais democrática. Além da construção de identidades, eles vão ganhando espaço e tempo, não apenas para analisar e receber projetos já pré-concebidos, mais como uma forma de dizer o que precisa e sinalizarem esse fazer individual e coletivo, ganhando mais aceitação por parte dos envolvidos.

Castro e Abrawo (2009) dizem que o protagonismo juvenil pode ser uma destas possibilidades, porque os jovens podem pôr em ação, planos e projetos de melhorias e desenvolvimento de suas localidades, articulada com demais movimentos, a partir de uma perspectiva de bem comum e conscientes dos mecanismos reprodutores do consenso e do sistema, que terão que contribuir para romper.

É uma forma de reconstrução de suas categorias políticas e ao mesmo tempo reapropriar os sujeitos em seu auto fazer histórico, buscando autonomia e resistência, sendo relatado por Groppo (2009) como uma forma de dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, com a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de

superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral. O autor ainda enfatiza que:

Os jovens ainda não têm os valores e comportamentos esperados como algo introjetado em sua personalidade e no modo de ser. A possibilidade de que muitos indivíduos nesta mesma condição – de relação experimental com a realidade social – se encontrem juntos é dada pela modernidade, que cria ela mesma as condições da revolta das juventudes, quando Estado, agências oficiais de socialização, direito, ciências, saberes disciplinares, partidos, igrejas, indústria cultural, movimentos sociais etc. procuram institucionalizar as juventudes que têm ao se dispor, ou que buscam abarcar” (GROPPO, 2009, p. 16).

Se os jovens se interessam pela participação política, e começam a debater as políticas de juventude na sociedade, especialmente nos seus distritos rurais, garante inclusão social, aquisição de autonomia e desenvolvimento social.

É importante o entendimento sobre questões políticas na sociedade, principalmente do município para que de fato o dialogo seja mais transparente, madura, estruturada e bem aceita, isso pode ser percebido na fala dos entrevistados D e E:

Eu vejo como um caminho da mudança os jovens ter esse pensamento político para discussão de assuntos aqui da comunidade , porém é necessário abrir espaços de participação, principalmente fazendo com que os jovens daqui da comunidade entendam o cenário político, econômico e social do município, e se deem conta de que não só as eleições é um ato político, mas o acesso a esporte, educação, cultura, lazer, fazem parte dessas relações sociais e políticas e das decisões que afetam a nossa vida individual e coletiva (ENTREVISTADO D).

É importante que nós enquanto jovens moradores aqui do tabuleiro entendam o que é assuntos políticos, e já criem pensamentos críticos acerca disso, para resolvermos os problemas da nossa cidade e do distrito aqui discutindo, somos agentes na sociedade, então podemos propagar essa participação, porque assim conseguimos chamar mais moradores daqui para participarem das mobilizações aqui na associação, e até mesmo das sessões na câmara de vereadores, cobrando mais (ENTREVISTADO E).

Além de reconhecerem a importância da participação política, mesmo que alguns não se envolvam, eles acreditam que é uma ferramenta de extrema necessidade, urgência e relevância para solucionar os problemas que aparecem no distrito e no município:

A importância da participação política para mim é agregar conhecimento com tentativas de solucionar os problemas no meu município e aqui onde moro. É como a gente se reúne enquanto grupos para ganhar projetos (ENTREVISTADO A).

Vejo a via da participação política como importante no meu município sim, porque é uma forma da gente em população, expressar nossas insatisfações em relação a gestão de governos, e também de requerer benefícios e melhorias. Temos vários problemas aqui no distrito rural que moro, se os moradores aqui se organizassem, conseguiríamos reivindicar e conseguir determinados objetivos, as pessoas não se dão conta da importância que a participação política tem na nossa vida e no nosso dia a dia enquanto cidadãos, então nós como minoria não seremos notados, isso acaba impedindo desenvolvimento aqui no distrito. Eu vejo e acredito como um caminho de mudarmos nossa realidade e sermos incluídos em políticas públicas, e criar projetos aqui sabe (ENTREVISTADO B).

Eu vejo a participação política como uma importante ferramenta do Estado democrático de direito. É por meio dela que podemos assegurar que as demandas sejam vistas como um problema de pública relevância na nossa cidade. Quando o povo se une, às coisas tendem a ganhar força e a gente passa a ser atendidos, por isso a necessidade de se criar grupos organizados com pautas específicas (ENTREVISTADO C).

A participação política para mim é muito importante porque ela me dar essa condição de encarar uma possibilidade de decidir as pautas sobre a minha identidade, meu corpo, cidadania, minha vida e a vida do meu povo. Então, você ter o direito de ter participação política te dá uma possibilidade de decidir de alguma forma sobre as demandas que a gente enquanto coletivo acredita, destruindo o princípio capitalista da individualidade e chamando poder público municipal para debate (ENTREVISTADO D).

Quando uma pessoa individualmente busca uma demanda, é mais complicado de conseguir, já a gente aqui em forma de grupos é mais fácil de mobilizar e conseguir chegar as coisas até aqui, sabe. O asfalto aqui da comunidade a gente fez muito abaixo assinado e conseguiu muitas assinaturas, e a partir disso conseguimos mobilizar as pessoas e chegar até o governador nosso pedido. No fundo, a luta social da gente aqui auxilia nas nossas conquistas. Eu vejo como de suma importância a participação política da juventude rural como um caminho de mudanças, para trazer melhorias para nossa comunidade e em cachoeira também (ENTREVISTADO E).

Castro e Abramoway (2009) destaca que ‘jovens de projetos’ apresentam maior capital simbólico, traduzido pela postura assertiva e uma linguagem mais ampliada sobre os direitos sociais, em comparação aos seus pares do mesmo círculo social sem vivências. No que se refere às reações diante das práticas discriminatórias, notam-se ainda posicionamentos mais assertivos e apoiados em concepções de direitos sociais. É uma maneira de ver a visibilidade da juventude fora das relações institucionalizadas como organizações partidárias, sindicatos, associações, movimentos sociais, grêmios estudantis, etc. para que assim fortaleça, reconheça, valorize e organize esses jovens na importância do fazer político fora das relações institucionalizadas.

Essa falta de envolvimento e participação, pode surgir de diversas maneiras; entre elas o desinteresse pela política, que pode estar atrelado à falta de compromisso do poder público,

falta de transparência, falta de perspectivas, ineficiência da máquina estatal, relações desequilibradas entre Estado e Sociedade. Ainda assim, pode ser um fenômeno de exclusão e aumento das desigualdades social presentes nesses grupos etários, que pode acarretar na marginalização dos jovens, principalmente os mais novos, que Bordenave (1994) classifica como uma maneira de ficar fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir. Isso pode ser notado através da pobreza, ignorância e alienação das pessoas, que na maioria das vezes não conseguem usufruir dos espaços de participação, empregos, escolas, cultura, lazer, etc. assim como fazem outros setores.

Castro e Abramoway (2009) afirma que são essas abordagens que ressaltam uma preferência dos jovens por campos identitários como gênero, raça, ecologia, direitos sexuais e digitais e o movimento Hip-Hop. Esses, assim como redes virtuais, grupos de estudos, fóruns mundiais e ONGs, para muitos têm representado uma nova configuração da prática política juvenil.

Ao mesmo tempo essa inserção nas relações não institucionalizadas de participação é uma forma de ameaça, ruptura e riscos para as instituições. Além da rejeição à vinculação institucional, os jovens passam a ter uma visão e reflexão das insatisfações e necessidades no cotidiano, envolvendo-se no lado indireto da participação política no município, gozando da cidadania, engajando-se nas discussões sobre as políticas públicas que serão destinadas e concebidas, acarretando em confrontos com elites políticas que detêm o poder regulador dessas instituições, construindo o seu espaço através da sua realidade, implicando em novas ações coletivas, interessados em mudanças contínuas, surgindo benefícios positivos, como atividades voluntárias, e uma maior valorização do seu distrito e coletivo.

Questionando os representantes comunitários que participaram das entrevistas se buscam parcerias com outros distritos rurais para organização e compartilhamento de informações, foi informado que eles entram em contato com moradores de diferentes distritos para saber como funcionam essas mobilizações, porém, na maioria das vezes não obtém retorno.

Considero assim, essa articulação entre distritos rurais importante, é através dela que podem surgir novos movimentos, interesses, mobilizações, atores e demandas que possa dar visibilidade, crescimento nas unificações das lutas, e um diálogo mais transparente e participativo com elites políticas, principalmente na busca de melhorias e garantia de direitos básicos como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, conselhos, profissionalizações, etc. aprimorando a troca de saberes, experiências e poder emancipatório, incidindo em novas práticas coletivas, assegurando desenvolvimento social.

A busca pela sobrevivência, inclusive a necessidade de trabalhar, acaba diminuindo o potencial participativo dos jovens rurais na sociedade (CARRANO, 2012) enfatiza que as difíceis condições de vida e o complexo de fatores relacionados com a pobreza e a desigualdade social que se convencionou denominar de “vulnerabilidade social” criam dificuldades objetivas para o exercício da participação e o engajamento social e político.

As diferentes formas de viver a juventude na sociedade e as inúmeras dificuldades que esses jovens rurais passam no dia a dia nos seus distritos, faz com que a migração para os grandes centros urbanos em busca de novas perspectivas de vida continue acontecendo, dificultando o desenvolvimento local nesses distritos, afastando os jovens do envolvimento político para que possa cobrar melhorias locais, ocupar os espaços de participação, diminuindo o interesse, disposição e vontade de cobrar uma atuação mais transparente das autoridades políticas nos recursos que são destinados a este seguimento populacional e a não formação de grupos juvenis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das conquistas e avanços que a juventude rural veio conquistando no Brasil nos últimos anos, entre elas o direito à participação política, é possível observar pouca adesão e baixa participação dos jovens rurais nos espaços de participação no município de Cachoeira.

O baixo envolvimento, e na maioria das vezes a inexistência desses espaços para os jovens se envolverem nas questões políticas e sociais no município, acaba dificultando as atividades cívicas e políticas, rompimento da invisibilidade social na qual esse grupo juvenil vive, impossibilitando uma participação mais democrática, inclusiva e efetiva, reduzindo oportunidades de opor-se ao governo, formar grupos políticos, ler e ouvir pontos de vistas diferentes sobre determinadas questões, e interferir no sistema político.

Quando falamos de participação política, nos deparamos com variadas concepções, interesses, engajamentos e diversidades nas atuações dos jovens rurais. Teixeira (1997) lista 5 pontos que podem operacionalizar os procedimentos para atingir uma maior igualdade nas tomadas de decisão de políticas públicas que favoreça o interesse de todos; 1) inclusão de todos os afetados: 2) igual distribuição de oportunidades de participar no processo político: 3) igual direito de votar em decisões; 4) igual direito de escolher tópicos e controlar a agenda: 5) situação que permita a todos os participantes desenvolver uma articulada compreensão do assunto necessário à regulação de interesses contestados. É fundamental mecanismos que estimule e desperte a iniciativa de ocupação dos espaços por parte dos jovens, surgindo assim novas ações e práticas coletivas, sistematizando experiências, e ao mesmo tempo fortalecendo o interesse e a inclusão de novos jovens no fazer político, com condições de acesso suficientes para que possa participar, opinar, cobrar e responsabilizar nossos governantes em práticas excludentes aos princípios da administração pública.

A realidade social que esses jovens rurais enfrentam em seus distritos, na maioria das vezes acompanhada do não acesso a determinados direitos sociais, políticos, ambientais e econômicos, gera insatisfação e ao mesmo tempo migração para os grandes centros urbanos e a desarticulação dos jovens, dificultando a ocupação nesses espaços públicos, impossibilitando a inclusão de pautas nas agendas políticas a partir da sua realidade existente, para que percebam as condições e possam propor soluções e mudanças nos seus territórios, ficando cada vez mais distante de romper a invisibilidade social, e serem notados como atores políticos na busca de políticas públicas na sociedade para as diversas juventudes.

Compreender e garantir a participação política dos jovens rurais no município de Cachoeira – Bahia é de extrema importância na política municipal, é uma maneira de ampliar a consciência política desses jovens, para debater assuntos públicos, e ao mesmo tempo firmar parcerias com o poder público, organizações do terceiro setor, e movimentos sociais para articularem e criarem canais participativos que possa aproximar os jovens para o cenário político contemporâneo, permitindo assim, controlar e fiscalizar a execução dos recursos públicos, bem como oferecer mecanismos necessários para implementação de políticas públicas nas suas localidades, na intuição de se fazer uma gestão pública democrática, participativa, inclusiva, representativa e compartilhada, garantindo cidadania e democracia participativa.

Bordenave (1994) sustenta que democracia participativa é uma forma de promover a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofrem as consequências das decisões cá embaixo. Assim, quanto mais os jovens rurais participarem, as desigualdades serão diminuídas, as decisões políticas serão tomadas de maneira mais racionalizadas, e as políticas públicas serão melhor implementadas.

Ficou evidenciado que os jovens rurais precisam ser ouvidos, atendidos e incluídos em pautas municipais para que as políticas públicas de juventude sejam mais articuladas e descentralizadas. A não participação política ou a baixa participação política desses jovens, além de comprometer a legitimidade das instituições políticas, faz com que esses jovens não se sintam seguros pelos governantes nas suas ações que zelem pelos seus interesses. Se não tem um diálogo aberto entre as esfera civil e política, compromete a integridade e a responsabilidade dos governantes, trazendo serias consequências, como corrupção, práticas patrimonialistas, ausência de políticas públicas que podem resultar em altos índices de jovens no mundo da criminalidade e violência

O preconceito, as estruturas das instituições, as dificuldades que os jovens enfrentam no cotidiano, acaba afastando e excluindo os jovens de participarem ativamente. Contudo, deixo registrado alguns obstáculos que podem fazer com que os jovens rurais se afastem desses espaços de discussões políticas no município como: 1. A falta de gestores comprometidos que levem para esses territórios rurais rotinas de ações voltadas para juventude rural, uma vez que o direito a participação seja garantido, é necessário que esses gestores se aproximem dos jovens para conhecerem sua realidade e garantir maior adesão as discussões políticas em proo de políticas públicas. 2. Maior entendimento dos jovens rurais sobre a importância que a participação política tem no nosso cotidiano, assim como o engajamento nas discussões

políticas como uma forma de diminuir a invisibilidade e exclusão social para garantir direitos previstos em lei 3. A escassez e a dificuldade de articular com organizações do terceiro setor no intuito de captar recursos financeiros, dificultando a materialização da implementação de projetos, programas e políticas públicas para área rural no município, inviabilizando a realização de projetos sociais. 4. A falta de espaços e incentivos que faça com que eles comecem a discutir as políticas públicas de forma descentralizadas nos espaços públicos, buscando aproximação, modificações e inclusão social de mais jovens, fazendo com que eles reconheçam que através da ocupação nesses espaços, eles ganham visibilidade com a sociedade civil e aproximação com os representantes de juventudes, garantindo desenvolvimento local.

Estudos como estes contribuí bastante para uma formação do Gestor Público, além de olhar para as demandas da população, é possível compreender as diversas formas de vivenciar juventude na nossa sociedade, buscando uma participação mais efetiva do Estado e outras organizações da sociedade civil, frente às subjetividades, ampliando as potencialidades, o capital social e humano e as discussões sobre juventudes na política contemporânea nos diversos espaços públicos, fazendo com que a participação política da juventude rural sirva de referência analítica para diversas pesquisas.

Devido à pandemia da nova corona-vírus, algumas medidas de prevenção à saúde foram recomendadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de forma a diminuir e se proteger da contaminação do vírus. Dentro dessas medidas de proteção, temos o distanciamento social. Seguindo as recomendações e por se tratar de uma área rural, existem vários obstáculos que nos impede chegar até determinados distritos, entre eles a questão de transporte, dificultando um acesso mais amplo aos sujeitos da pesquisa para fazer a pesquisa com um público alvo maior. Algumas entrevistas foram feitas por chamadas de vídeos. Os jovens selecionados para entrevistas demonstraram insegurança, despreparo e timidez, acarretando na recusa de alguns jovens para participar. Os assuntos sobre juventude no município de Cachoeira – Bahia é discutido pela secretária de esporte e lazer. Fiz levantamentos sobre as políticas públicas para juventude rural implementadas no município, e as pessoas que trabalham no setor não souberam me responder.

Finalizada esta pesquisa, sinto uma enorme gratidão e informo que este trabalho estará arquivado na biblioteca do Centro de Artes Humanidades e Letras da UFRB, e no site do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública para eventuais leituras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED/PUC-SP, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade.

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. cap. 2, p. 19-35.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. *Participe – Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação*, ano 2, n. 2, Porto Alegre: Núcleo, jan. 2002.

BADALOTTI, R. M.; MARTINELLI, M. L.; TONEZER, C.; BOTTEGA, S. . Juventude rural e políticas públicas: avanços e limites. In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional? territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios, 2017, Santa Cruz do Sul. v. 1. p. 1-16.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos**. *Saude soc.* [online]. 2009, vol.18, n.3, pp.411-423. ISSN 0104-1290. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902009000300006&script=sci_abstract&tlng=p t Data de Acesso: 28/09/2019

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos, 95)

BORGES, Graziela Scopel. TEIXEIRA, Edival Sebastião. *Participação, juventude rural e protagonismo juvenil: Aproximações*. XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. CAPÍTULO VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso*. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 2016. 227 p. (Série Legislação Brasileira).

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho-Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007 disponível em: <https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR> Data de acesso: 31/03/2020

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOWAY, Miriam. *Quebrando Mitos - juventude, participação e políticas: perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferencia Nacional de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: RITLA, 2009.

CUNHA, P. R. C. da. A participação política juvenil e o conhecimento sobre políticas públicas de juventude no Brasil. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara, v. 4, n.1-2, 2011.

- DOUTOR, Catarina. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: Perspectivas e reflexões. *Última década*. [online]. 2016, vol.24, n.45. pp. 159-174, disponível em:
https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S071822362016000200009&lng=es&nrm=iso&tlng=pt.
- Estatuto da juventude : atos internacionais e normas correlatas. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p.
- GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cachoeira. 2019. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama> . Acesso em: 27 nov. 2019.
- Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005
- KERBAUY, M. T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?. *Estudos de Sociologia, Araraquara*, n. 18/19, p. 193-203, 2005.
- KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude Rural no Brasil: Entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, [S.I], v. 20, n. 39, p. 201-220, abr. 2014. ISSN 1981-4798.
 Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817>>.
 Acesso em: 13 set. 2019
- LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. cap. 1, p. 9-18.
- MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. 1967, p. 57- 114.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- RUA, Maria das Graças. *Políticas Públicas/ Maria das Graças Rua*. – Florianópolis: Departamento de Ciências Sociais da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2009. 130p. : il
- SARAVIA, E. & FERRAREZI, E. (Org.) *Políticas Públicas: coletânea*. Volume 2. Rio de Janeiro : ENAP. 2006. Disponível em
https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf acesso em 14 de setembro de 2019
- SECCHI, L.. (2014). Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning.
- SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal , v. 17, n. 3, p. 353-360, Dec. 2012 . disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 de agosto 2019.

SOUZA, Y. H.; SECCHI, L. Extinção de políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 20, n. 66, p. 75-93, jan. 2015. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2018.

TEIXEIRA, E. C. As dimensões da participação cidadã. Caderno CRH, [S. l.] v. 10, n. 26, 2006.

WEISHEIMER, N. Sobre a Invisibilidade Social das Juventudes Rurais. Juventude.br (Centro de Estudos e Memória da Juventude), v. V. 15, p. 2 - 99, 2015.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu,

_____, RG nº _____, fui convidado(a) para participar de uma entrevista semiestruturada referente ao Trabalho de Conclusão de Curso do discente Ícaro de Campos Rios, sobre o tema **A participação política da juventude rural no município de Cachoeira - Bahia**, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), sob orientação do Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira.

Estou ciente que a participação não é obrigatória, serei voluntária e a qualquer momento posso desistir de participar e retirar minha autorização, sem nenhum prejuízo em relação ao pesquisador e a instituição concedente. Agradeço pela sua participação. Qualquer dúvida, estou a disposição. Pode me contatar pelo e-mail campos.icaro@hotmail.com

O objetivo dessa pesquisa, é analisar como os jovens rurais participa das questões políticas e sociais no município de Cachoeira – Bahia.

Estou ciente do sigilo e comprometimento do pesquisador em relação a minha identidade preservada, e não receberei nenhum valor financeiro para participar dessa entrevista. É uma participação voluntária, sendo livre para interromper a qualquer momento essa pesquisa. Receberei esclarecimentos e estarei tirando dúvidas a respeito da pesquisa a qualquer momento a minha participação nessa pesquisa. Após a finalização deste trabalho, uma versão do TCC será disponibilizada na biblioteca do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, e no site do curso de Tecnologia em Gestão pública, para posterior leitura, publicitando os resultados alcançados. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação nesta pesquisa e concordo livremente em participar.

_____, ____/____/____

Local, data

_____ Assinatura do participante.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL Rua Maestro Irineu, s/n – Centro. Cachoeira / Bahia / Brasil. 44.300-000 Tels: (75) 3425-2943 Fax: (75) 3425-2551 cahl@ufrb.com.br / ufrb.edu.br/cahl

Prezado (a) jovem, é com uma imensa satisfação, que convidamos você para uma pesquisa sobre a participação política da juventude rural no município de Cachoeira - Bahia. Neste momento oportuno e tão importante, queremos conhecer um pouco sobre você, e como você participa das questões políticas e sociais no seu município.

Questões

- 1) Fale um pouco sobre você; Seu nome; Sua idade; Escolaridade; Qual a sua profissão? Onde você mora?
- 2) Você participa de algum grupo político ou movimento coletivo? Se sim, como foi a sua experiência? Você gostou? Quais as influências e o que te motivou a participar? Se não participa, gostaria de participar? Quais as dificuldades que impedem ou afastam vocês desse envolvimento?
- 3) O que você entende por participação política? Quais as formas de participação política que você conhece? Qual a importância da participação política para você?
- 4) Você acredita que a via da participação política é um caminho de mudança no seu município? Os problemas da sua cidade e do seu distrito rural seriam resolvidos se você participasse?
- 5) O que você pensa sobre o envolvimento dos jovens rurais na participação política do seu município?